

PORTUGAL

DEMOCRATICO

Redação: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2

ANO IV — N.º 34 — SÃO PAULO, MARÇO DE 1960 — Cr\$ 5,00

Caixa Postal 4.469

Fugas sintomáticas

Nunca tivemos dúvidas quanto ao resultado final da batalha que os democratas portugueses vêm empreendendo contra o regime totalitário de Salazar. Mas também não quisemos apressar-nos em proclamar a vitória próxima, pois bem sabemos que só à custa de novos e redobrados sacrifícios a alcançaremos.

São fundas as raízes que o regime espalhou por todo o País, através da poderosa e torsionária «gestapo». Não subestimamos, pois, a força de um governo que não olha a meios para alcançar os seus fins, que não hesita prender, torturar e, por vezes, matar, para continuar no poder. E não hesitamos, por isso, como órgão consciente da realidade e aberto a todos os grupos que se opõem a Salazar, na proclamação de que, se o triunfo está ao nosso alcance, não será facilmente que o conquistaremos.

Não obstante, os últimos meses têm sido cheios, em Portugal, de acontecimentos reveladores. A PIDE já não é o monstro que tudo derruba e mata, deixou de ser a máquina implacável que funciona irrepreensivelmente, sem a mínima falha. Exatamente, a mais formidável de todas as armas que Salazar logrou colocar ao serviço do seu regime discrecional, está — não pode duvidar-se — emperrada. Não funciona com a antiga e desumana eficiência. As malhas abriram-se. A PIDE enfraqueceu?

Acreditamos que não seja apenas a fraqueza da polícia política do monge sinistro a causa das inúmeras fugas observadas nos meses passados. E não se pense demasiado na impotência material de guardar presos com a habitual segurança. O que está a observar-se é a vitória do Povo Português, é a sua certeza na queda breve de Salazar — é a unidade de esforços visando a derrubada do fascismo anacrônico que ainda asfixia Portugal. A força dessa vontade é que passou a amedrontar os carcereiros da Pátria, quebrou a criminosa firmeza dos medonhos agentes da PIDE, hoje acovardados, solicitando senão que os perdoem, ao menos uma colaboração que será, é evidente, impossível.

Não é em hipóteses, nem tampouco em sonhos, que formulamos as nossas deduções. E' nos fatos que nos inspiramos. Apenas. E' na verdade de sabermos que, não há muito tempo, dois oficiais do Exército puderam fugir do forte de Elvas, quando esperavam julgamento por implicados em ação anti-salazarista; que outros democratas puderam reclamar asilos políticos a embaixadas de países democráticos; que de Peniche e do Porto se evadiram também 14 presos, alguns dos quais haviam cumprido já as suas «penas».

O descalabro do regime? Não, ainda não é o descalabro, mas tão somente o princípio. Visivelmente, as paredes começam a tremer, embora o terremoto não tenha principiado. Mas não tardará muito. O Povo Português perdeu o medo e sabe que tem nas suas mãos a decisão final. E para Salazar e seus comparsas não haverá perdão.

A última notícia que nos chega é a do manifesto de 300 sacerdotes, protestando contra o afastamento de sua diocese do Bispo do Porto. Como as fugas, também esta manifestação de desgosto ao governo reacionário, anti-nacional e criminoso é sintomática. Muito sintomática.

Salazar, o mais antigo e maquiavélico dos ditadores, treme, enquanto cresce a onda de repulsa. Repellido por todos, acabará solitário e desprezado pelo povo que vilipendiou e tentou esmagar, mas que nas próprias ruínas construirá o seu futuro de Nação Livre e Democrática.

PORTUGAL
DEMOCRATICO



Salazar, um mito para mediocres

Portugal vive sob um regime ditatorial desde o dia 28 de Maio de 1926. Supõe muita gente que essa ditadura foi a consequência do que, na linguagem do Estado Novo, se costuma chamar "os desmandos dos políticos". Nesta expressão há uma coisa significativa, e que é necessário compreender antes de mais nada: a ideia de que todos os males provinham dos políticos, o que, na boca dos adeptos da ditadura, quer afinal dizer apenas isto: da República, da jovem República de somente 16 anos de idade, à data do movimento militar que suspendeu o funcionamento das instituições democráticas.

Não é preciso uma excepcional inteligência para se verificar que os homens do Estado Novo foram tão políticos como os que os precederam no governo, e que, portanto, denegrir os políticos tem na realidade outra significação, que não a literal. Quer queiram quer não, são políticos os homens que governam um país; por mais que se faça, não é possível torcer o sentido das palavras a tal ponto. É pois necessário saber qual o sentido real, o verdadeiro conteúdo da expressão, que, tal como o Estado Novo a emprega, carece totalmente de sentido. E não é preciso cavar muito fundo para se descobrir que ao dizer "os políticos", os seus adversários querem realmente significar "o jogo das instituições democráticas", e, ao mesmo tempo, justificar os princípios autoritários que encarnam.

"Os políticos" vem a ser uma dessas fórmulas confortáveis graças às quais se facilita a redução dos adversários à unidade. Podiam esses "políticos" ser da maior diversidade, representarem uma direita, uma esquerda e um centro, isso é dado de barato pelo autoritarismo, para o qual são, todos eles, expressões da negrada liberdade de opinião e de representação política. E, se nós reunirmos, e verificarmos cuidadosamente, todas as acusações com que se pretendeu, e pretende ainda hoje justificar a ditadura, veremos como todas elas se desvanecem, e revelam a sua ausência de sentido. Porque, na realidade, são apenas as desculpas que o autoritarismo apresenta para ocultar a sua verdadeira face — e esta é nem mais nem menos do que a do absolutismo, abatido um século antes com a instauração da monarquia liberal, a qual durante esse século, foi tenazmente combatida, como depois a República, pela corrente autoritária. Foram os saudosistas do "chefe", do rei absoluto, que minaram as instituições, desde 1820, e que acabaram por triunfar em 1926, porque a República não conseguira levar a cabo a transformação social que teria sido necessária para consolidar as instituições, e não soubera realizar, juntamente com a revolução política, a transformação social que ela deveria ter implicado.

Mas como aparece Salazar? Precisamente como a encarnação desse "ideal" absolutista. De facto, a ditadura era um movimento aparentemente só militar, e que não parecia ter uma doutrina; apresentava-se com intuídos moralizadores, que ela própria não sabia concretizar, como se verificou nos processos instaurados contra políticos, que só provaram, apesar de feitos sob regime discrecional, senão a honestidade daqueles... Na realidade, a ditadura militar foi apenas a capa passageira da reação, como se verificou ao ser escorraçado da sua chefia o velho herói das campanhas africanas, o general Gomes da Costa, exilado para os Açores... e feito marechal, como prêmio de consolação. Só faltava que aparecesse o chefe.

Até que ponto o aparecimento de Salazar é obra do acaso ou dum plano concertado, os historiadores dirão, quando mais tarde todos os elementos necessários forem postos ao seu dispor. O que não sofre a menor dúvida é a filiação política do professor de Finanças da Faculdade de Direito de Coimbra, desde muito antes inimigo declarado da República. Nêle se consubstancia, ram pois, não quaisquer honestos intuídos de moralização (todos os re-

gimes têm os seus ladrões, onde entrou a perfídia foi em fazer crer aos inocentes que eles "eram" a República), mas aqueles ideais políticos que o normal processo de democratização tornaria cada vez mais irrealizáveis. A reação, impotente no campo da opinião pública, incapaz de obter o poder na concorrência eleitoral, impôs-se pela força e pela força apenas se conservaria no poder até hoje.

O "espírito" do absolutismo, não precisa o leitor que eu o defina. Mas importa mostrar qual a modalidade dele que Salazar impôs a Portugal, e em que se diferencia dos regimes similares. Diga-se, aliás, antes de mais nada, que me parece infantil negar tal caráter ao Estado Novo, como o faz essa propaganda do "regime paternal" que ele seria. Essa suposta amenidade não tem o menor fundamento — a não ser a hipocrisia com que a violência se acoberta. Com efeito, Salazar não é um ditador que proclama aos quatro ventos a suposta virilidade da força; nisso se distingue de Hitler e de Mussolini, e até de Franco. Salazar nunca mandou fusilar ninguém — mas tem "deixado morrer" muita gente. Portugal teve e tem os seus campos da morte, mas nunca a ela "condenou" nenhum dos seus adversários. Quando a polícia mata algum a tiro, é como que por inspiração pessoal, ou por "excesso de zelo". Salazar acha bem os "safanões a tempo", e isto dá uma sugestão de professor acusado de bater nos alunos, que sorri de piedade quando o acusam; e mostra que os rapazes precisam de ser tratados assim, para respeitarem a autoridade do mestre... Também se deve lembrar aquela imagem do parafuso, que se aperta lentamente, por ele próprio usada nas entrevistas "concedidas" ao falecido Antônio Ferro, como expressão do seu método. Supostamente, os parafusos, metidos devagarinho, não matam.

Eiquemos na imagem do parafuso. Na verdade, Salazar não é adepto da violência. Nunca ele falaria em meter a faca. O parafuso dá uma sugestão de suavidade, tem algo de suplício chinês. E o parafuso da opressão foi de admirável eficiência.

ADOLFO CASAIAS MONTEIRO

ciência — embora tenha falhado. Há aqui um paradoxo? Sem dúvida, mas que são estes regimes, senão paradoxo do princípio ao fim? Com efeito, Salazar obteve os melhores resultados: aos poucos, foi eliminando da vida da nação tudo quanto representava uma expressão de democracia, ou sequer de liberalismo. Por meio da polícia, foi suprimindo todas as velocidades de actividade política adversa. Por meio da censura, calou todas as vozes que se manifestavam em sentido diverso, e que de algum modo exprimiam, mesmo fora dos domínios da política, outra opinião, outra atitude, ou a crítica dos "ideais" do regime. Mas este silêncio deveria ter servido para que "falasse" a voz do Estado Novo. Ora acontece que, ao contrário do fascismo e do nazismo, o Estado Novo não tinha voz própria. O seu autoritarismo resumia-se ao culto, de si próprio, não exprimia uma filosofia, não tinha atrás de si um sistema. Dai que, à vontade para se exprimir, a reação nunca soube fazer mais do que negar todas as filosofias, todos os sistemas adversos. E quando o regime, ao cabo de trinta anos de vigência, decidiu fazer uma exposição na qual se mostraria a sua obra cultural, correu a arrebatar as obras de todos aqueles que em vão tentara chamar a si, ou, não o conseguido, reduzir ao silêncio. Atitude democrática! dirão. Não, porque essas obras eram dadas como o próprio resultado da eficiência do regime...

E sabido que Salazar tem contra si toda a inteligência portuguesa, vermelha, branca ou azul. Nenhum apologista do salazarismo se atreve a desmentir isto, porque então seria obrigado a apresentar nomes, e quais poderiam ser, senão os de apunhaçados do regime, aos quais em vão procura valorizar, mas como o poderia, se eles não têm envergadura para mais do que tecer-lhe coróas de louros? E que, na realidade, os "ideais" que subiram ao poder na pessoa de Salazar não têm vida própria. Ele conseguiu criar uma estrutura de ferro que se tem mostrado à prova de tudo; mas a

(Conclui na página 2)

MAIS DUAS FUGAS

As agências telegráficas divulgaram no passado dia 11 de fevereiro a seguinte notícia, datada de Lisboa:

"Um dos implicados no complot do dia doze de março, sr. Serra, encontrou refugio na embaixada de Cuba, soube-se em boa fonte.

O sr. Serra, antigo dirigente local das Juventudes Católicas, foi preso em março último por ter participado do complot que estava sendo preparado para derrubar o regime. Encarcerado numa prisão de Lisboa, foi recentemente transferido para um hospital, por motivos de saúde.

Conseguiu ludibriar a vigilância de seus guardas, fugindo ontem, pedindo asilo ao embaixador de Cuba em Lisboa, sr. Luis Branco Fernandez."

Manuel Serra estava implicado na tentativa revolucionária de 12 de março de 1959. Ex-dirigente da Juventude Operária Católica, foi o responsável pelo jornal «Juventude Operária». Ingressando, como oficial, na Marinha Mercante, dirigia a revista «Náuticas», quando foi pre-

so. Manuel Serra é figura muito conhecida não só nos meios católicos, mas também nos da marinha mercante. Felicitando-nos com sua fuga, sabemos que o jovem democrata continuará lutando contra o fascismo de Salazar.

Entretanto, decorridos apenas quatro dias, os jornais brasileiros publicaram outro telegrama da Capital portuguesa, declarando:

"Informa-se de boa fonte que o detento político que se evadiu da prisão do Porto, no início do mês de janeiro, e que procurou asilo, ontem, na embaixada da Venezuela, em Lisboa, é um jovem arquiteto, Horacio Grandim, que pertence à Frente das Juventudes (clandestina) da oposição. Acredita-se que o embaixador da Venezuela, Roberto Machado Morales, concedeu-lhe o direito de asilo. Diante da multiplicação desses casos, o governo português encararia, diz-se, certas medidas e, em particular, proclamar "persona non grata" todo chefe de missão que aceite no futuro dar asilo a refugiados políticos."

...um mito para mediocres

(Conclusão da 1.ª página)

estrutura permanece nua; não há tremor de terra que a abale, mas nenhum material pega nela — é que sobre os métodos policiais nunca se pôde "criar" qualquer coisa viva.

Como se definiu Salazar, desde o primeiro momento? Como um ser superior que se digna descer ao nível dos miseráveis humanos para os fazer beneficiar das suas luzes. E assim que ele se vê, e de acordo com isso procede. E, desde que desceu à terra, ele foi o professor bem caracteristicamente coimbrão: indiscutível. A sua palavra é "revelação". Por isso ele nunca foi capaz de resolver qualquer problema, limitando-se a eliminá-los. Em 1945, julgou que o país estava suficientemente catequizado, e fez uma vaga promessa de liberalização, supondo que isso resultaria num espetacular triunfo: qual não foi a sua raiva ao ver que, em vez de pedir "Salazar, Salazar, Salazar", o país aproveitava a oportunidade para reclamar... eleições livres!

Todos os reais ou supostos adeptos do regime crêem ou fingem crer que o regime se mantém graças às suas virtudes próprias. Mas o que aconteceu recentemente, quando o general Humberto Delgado ganhou de facto as eleições, e tudo se fez para o "resultado" não ser igual às revelações das urnas, não é um facto novo, como muita gente supõe. A ditadura já há muitos anos que não resistiria a umas eleições legais, e se nem conseguiu maioria de votos em eleições ilegais, isso mostra apenas que a onda de revolta alcança já tais proporções que, mesmo com um eleitorado desfalado de milhares e milhares de votantes, não há número suficiente de adeptos para cobrir o dos adversários.

Há quem se dê por satisfeito com aquilo que sempre foi o grande trunfo de Salazar: o equilíbrio das finanças. Lamento ser incompetente na matéria e não poder "explicar" como foi obtida essa fama. Mas sei, e toda a gente sabe, que não é o superavit que exprime a situação real dum país. Que jogou aqui em favor da fama de Salazar? A incompetência dos ministros que o tinham precedido? Nem sequer! Com efeito, o equilíbrio financeiro não era novidade: o próprio Salazar prestou homenagem ao seu predecessor Afonso Costa, que o tinha conseguido. Com o que a sua fama beneficiou foi em primeiro lugar com a liberdade de imprensa da época anterior, e com a supressão dela desde a instauração da ditadura. Isto é, a liberdade de acusar, de 1910 a 1926, deu lugar à proibição de o fazer; tudo tinha sido criticado; desde 1926 nada pôde ser criticado. Que soube o povo da "obra", senão o que à imprensa era imposto que dissesse?

Então, ao mesmo tempo que os anuais superavit, eram trombeteados como a prova indiscutível da excelência do regime, o país ia ficando mais miserável — mas sem que a imprensa o pudesse dizer. O alto capital iria tomando conta do poder, a estrutura corporativa asfixiando cada vez mais o comércio e a indústria, o nível de vida tornar-se-ia cada vez mais baixo — mas ao fim de cada exercício as cifras continuavam a brilhar. Portugal dava lucro! Dava: infelizmente, duma maneira que bastaria para condenar qualquer regime; dava lucro às grandes empresas, fazia potentados, mas empobrecia a nação, matava-a à fome.

O regime de Salazar viveu até há muito pouco tempo envolvido na gaze sãbiamente desinfetada dum protecção internacional em que certas nações "democráticas" tomaram o lugar de... Hitler e Mussolini. A entrada de Portugal na ONU e na NATO diz tudo — pois se destinam uma e outra a defender o homem contra o totalitarismo? O regime nunca foi denunciado pelas assembléias internacionais às quais cumpriria velar pelo espírito democrático que supostamente as justificava. Com o fim do nazismo e do fascismo, a existência da ditadura em Portugal tornava-se incompreensível, se não sobresséssemos qual o poder dos interesses aos quais ela convém.

Mas outra protecção, e esta mais forte para efeitos internos, alimentou durante muitos anos as ilusões duma parte da população: refiro-me à que lhe dispensou a Igreja, a cuja sombra, triste é reconhecê-lo, se fizera a campanha de descrédito contra os "políticos", numa identificação político-clerical cujo reconhecimento é indispensável para se

compreender a luta que a República teve que travar sobretudo depois da lei de separação da Igreja e do Estado. Salazar alimentou-se de todos os modernos teóricos do autoritarismo, com Maurras à frente, mas o viveiro onde o seu espírito se formou chama-se Acção Católica. E só um português que conheça essa fase da vida nacional poderá dar-se conta do reaccionarismo que caracterizava essa organização nominalmente religiosa, e que hoje, espero, terá recuperado uma função mais de acordo com o seu nome e a sua filiação.

De facto, como as coisas mudaram desde que a Igreja "ofereceu" Salazar ao país, como salvador, não só das finanças públicas, mas das suas próprias prerrogativas! Que evolução, na sua atitude, até ao momento em que um bispo pôde dizer (embora o fizesse a título "pessoal"...!) que um católico não podia ser salazarista! Este mesmo bispo, na carta estorrecedora que dirigiu há pouco mais de um ano a Salazar, evoca "a comoção e o entusiasmo, o sobressalto de esperança com que acompanhamos o início da carreira de v. excia.;... Além de tudo o mais que sentíamos como portugueses acrescia que, sendo v. excia., para além da sua competência profissional, apenas conhecido pelas suas actividades no campo católico, era uma espécie de oferta que a Igreja fazia à pátria num momento crucial". (A já célebre carta de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, foi publicada na íntegra por o "Estado de S. Paulo", na sua edição de 21 de Setembro de 1958).

A Igreja, que agora já dá também o seu contingente para encher as prisões salazaristas, não podia ter, em 1958, as mesmas ilusões que a fizeram, durante a República, identificar-se com a reacção na luta contra o regime. Entre os dois momentos está a "experiência" fascista, e a Igreja acabou por ver o que significavam para a religião os seus entendimentos com o autoritarismo político, e quanto isso lhe fez perder de prestígio. E certo: um católico não pode ser salazarista. Mas como a Igreja foi lenta em descobri-lo!

E o exército, perguntar-se-á? O exército... não tem as razões da Igreja para chegar em bloco à conclusão de que... não pode ser salazarista. E certo que ele tem dado claros sinais do seu descontentamento — mas o receio a possíveis retaliações evitou até hoje a única solução possível, que seria impor-lhe próprio a realização de eleições livres, e todas as medidas básicas que isto implicaria: liberdade de imprensa, dissolução da polícia política, supressão dos organismos corporativos, demissão de altos funcionários, etc. O exército receia, como se compreende, que seja chamado a prestar contas por ter servido a ditadura. Esquece porém que, partindo dele a iniciativa de depôr o tirano, poderia evitar uma catástrofe que de outro modo será inevitável.

Todavia, é necessário registrar que, apesar de tal apatia, não só de entre o exército, mas de entre aqueles mesmos que deram o golpe militar de 28 de Maio de 1926, têm surgido alguns dos homens que mais se destacaram na oposição ao regime de há anos para cá: porque eram de 28 de Maio o almirante Quinão Meireles, que foi candidato oposicionista, e o capitão Henrique Galvão, actualmente exilado na Argentina. Mais significativamente, ainda: era de 28 de Maio o general Humberto Delgado...

Que lição podemos tirar daqui, senão esta: que só apoiarmos realmente o regime daquelas forças que nunca apareceram na cena política... mas estiveram sempre por trás dela? Essas mesmas forças que beneficiaram com o chamado corporativismo, traduzido do italiano: aquelas forças que, no campo económico e financeiro, engordam enquanto o povo emagrece: o alto capital, a Finança internacional. A Igreja e o exército foram os seus instrumentos. Mas só essas podiam ser o verdadeiro aliado de Salazar. Por isso, enquanto só o temor às retaliações tolhe ainda o exército, e a Igreja parece ter-lhe tirado, inteiramente o seu apoio, o regime continua «inexplicavelmente» de pé "Inexplicavelmente" para quem ainda não se deu ao trabalho de verificar quem são na realidade os donos de Portugal...

O COMITÉ DOS INTELLECTUAIS AGRADECE AO COMITÉ VENEZOLANO

Assinada pelo nosso querido companheiro de luta, Comte. João Sarmento Pimentel, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão enviou a seguinte carta ao Senador Alberto Ravell, Presidente do Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal, com sede em Caracas:

"Noticias que nos chegam de Caracas esclarecem-nos que foi decisiva a intervenção do Comité Venezolano a que V. Exa. tão democráticamente preside no processo que levou à expulsão de facto do ministro Branquinho que, em Caracas, representava o governo ditatorial de Salazar. Ao que nos informam, o referido agente do fascismo luso, em vez de cumprir a sua tarefa meramente diplomática propagandeava Salazar e seu regime ditatorial na terra democrática da Venezuela.

A atitude de V. Exa. e dos demais membros do Comité Venezolano terá uma repercussão que não se limitará à simples expulsão de mais um asselgado de Salazar, pois indicará a outros agentes fascistas travestidos de diplomatas que a sua missão não pode confundir-se com a de agentes policiais ou de propaganda. Sabendo quão importante vem sendo a atividade desse Comité em favor da causa de um novo Portugal Democrático, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, em nome do Povo Português amodado, apresenta ao Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal a expressão do seu mais sentido agradecimento.

Aproveitamos ainda a oportunidade para solicitar ao Comité Venezolano transmita ao Presidente da República da Venezuela a gratidão dos democratas portugueses pelo acolhimento que a embaixada desse País em Lisboa acaba de oferecer a mais um refugiado político perseguido pela "gestapo" lusa o sr. Horácio Grandim.

Por último, queremos anunciar a V. Exa. que este Comité, constituído por intelectuais e artistas, de todas as tendências políticas, assim como o jornal Portugal Democrático, órgãos da resistência contra o regime fascista de Salazar no Brasil, continuarão lutando na Unidade, até à queda do sinistro ditador que há mais de trinta anos oprime um Povo que há muito forjou a sua independência.

Apresentamos a V. Exa. e demais membros do Comité Venezolano, as melhores Saudações Democráticas.

Também à Junta Patriótica Portuguesa, actualmente presidida pelo Major Luis C. Calafate, foi enviada uma carta do Comité dos Intelectuais, felicitando a JPP pela sua ação no episódio do "embaixador".

CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Conforme anunciamos, embora não tenha sido marcada ainda nova data para a realização em São Paulo, do CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES, podem os nossos correligionários e amigos enviar-nos as suas teses, desde que obedecem ao seguinte teor:

I — Educação e Cultura. II — Economia (Indústria, Comércio e Agricultura). III — Ultramar. IV — História da República. V — Democracia, Liberdade e Direitos do Homem. VI — Comunidade Luso Brasileira. Quaisquer outros estudos que se revelem de interesse para Portugal, embora não abrangidos especificamente no teor, serão igualmente aceites.

As teses devem ser remetidas à Comissão Executiva do Congresso dos Democratas Portugueses (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — Caixa Postal 4469 — São Paulo — Brasil), recomendando-se aos interessados que residam em Portugal que averiguem dos meios mais seguros de fazerem chegar os seus trabalhos à Capital Bandeirante.

Quaisquer esclarecimentos podem ser ainda solicitados à Comissão Executiva, que aproveita a oportunidade para salientar que de Portugal e de inúmeros países têm chegado os melhores incentivos aos que lançaram a ideia da realização de tão necessário e oportuno Congresso.

O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

A PIDE APAVORADA

Os patriotas portugueses vão, pouco a pouco, quebrando as correntes de ferro das prisões da ditadura fascista de Salazar e alcançando a liberdade. E os cachorros da PIDE olham uns para os outros apavorados: é o pavor do chicote do dono deles, o sinistro professor de Santa Comba, e o pavor ainda maior do Dia da Justiça. Porque justiça será feita, num dia não muito distante já, e os cachorros da PIDE responderão por seus crimes.

Logo no começo do ano conseguiram fugir das prisões de Salazar dois grupos de patriotas portugueses. De Peniche, dez homens, entre eles Alvaro Cunhal. Do Porto, quatro homens, um deles Horácio Grandim, líder da Frente das Juventudes Democráticas. E semanas depois, Jaime Serra, líder da JOC, fugia do hospital onde estava preso.

Os cachorros da PIDE percorrem Portugal de ponta a ponta, nariz no chão, farejando, em busca dos patriotas que alcançaram a liberdade. Mas essa busca será em vão. Já um deles, o jovem arquiteto Horácio Grandim, conseguiu asilar-se na embaixada da Venezuela. Já outro, Jaime Serra, um dos chefes de maior prestígio da Juventude Operária Católica, conseguiu refugiar-se na embaixada de Cuba.

Os cachorros da PIDE olham uns para os outros, apavorados...

O DIREITO DE ASILO SALAZARISTA

O senhor professor doutor António de Oliveira Salazar está muito irritado com as violações do Direito de Asilo Salazarista. Segundo afirma o senhor professor doutor António de Oliveira Salazar o único asilo é o dos campos de concentração e o das penitenciárias.

Ora como as embaixadas dos países sul-americanos abrem suas portas aos patriotas portugueses que dizem NÃO ao regime fascista de Salazar, o senhor professor doutor (em letras gordas) de Santa Comba decretou o seguinte: SERÁ PROCLAMADO «PERSONA NON GRATA» TODO O CHEFE DE MISSÃO QUE NO FUTURO DER ASILO A REFUGIADOS POLÍTICOS.

E se um dia o senhor professor doutor António de Oliveira Salazar for bater à porta de uma embaixada? Perdão, esqueçamo-nos de que o direito de asilo não é concedido a criminosos de direito comum. A porta não se abrirá para ele...

QUANDO OS LOBOS JULGAM

Continuam os «julgamentos» de patriotas portugueses acusados do «crime» de não se sujeitarem à ditadura fascista de Salazar. Assim é que, no dia 9 de dezembro de 1959; sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, reuniu-se o Tribunal Plenário de Lisboa para julgamento de sete funcionários da «Carris» — guarda-freios, condutores e empregados de escritório — acusados de haverem feito propaganda subversiva. Foi patrono dos acusados o sr. dr. António de Souza.

A noite, discutida a causa, foi lida a sentença, sendo condenados os srs: Augusto Fernandes, a dois anos e cinco meses de prisão maior; Manuel Brioso Pina, a dois anos e três meses de prisão maior; João Gordo Mendes e José Cabrita Sequeira, cada um, a dois anos e um mês de prisão maior; António Carvalho Ribeiro, António Francisco de Moraes e Guilhermino Farinha Fernandes, cada um, a dois anos de prisão maior.

O colectivo aplicou também a cada um quinze anos de suspensão de direitos políticos, medidas de segurança de internamento de seis meses a três anos, prorrogáveis, e mil escudos de imposto de justiça.

—:::—

O mesmo «tribunal» julgou, dias depois mais um patriota, Joaquim José Dias, de 38 anos, de Montemor-o-Novo, acusado de diversas actividades políticas.

O sr. Joaquim Dias foi condenado em dois anos de prisão maior, perda de direitos políticos por quinze anos, e no pagamento de 1.000\$00 de imposto de justiça.

Os «lobos» do Porto também se mostram muito ativos em seus julgamentos.

Foram julgados Dinis Fernandes Miranda, Carlos Pereira Soares e Silvío Fernandes Bastos dos Santos, acusados de actividades contra a segurança do Estado.

O Tribunal tinha a seguinte constituição: Presidente, juiz desembargador dr. Jesus Coelho; adjuntos, corregedores drs. Valente Leal e Azevedo Soares; Procurador da República, dr. Abel de Campos; Escrivão Monteiro, e oficial José Maria. Na defesa os advogados srs. drs. António Macedo, Alexandre Babo e Raul de Castro.

Depois dos arguidos terem negado a acusação que lhes é imputada, foram ouvidas na audiência da manhã, as testemunhas declarantes Joaquim Magalhães Pacheco, Henrique Guedes Vital da Silva e José Eugénio Soares Moreira. À tarde, depuseram Maximiano Mendes Teles Meneses, Paulo Freire Duarte, Abel Ferreira da Costa e José Marques Monteiro.

O «julgamento» continua no dia seguinte:

A audiência da manhã foi toda ocupada com o depoimento do declarante Abel Maria Soares da Silva.

Suspensa a audiência cerca das 13 horas, prosseguiu, à tarde, às 15.30, com a inquirição dos últimos declarantes, Joaquim Coelho Pereira, Manuel Pinto Oliveira, que negou as declarações constantes dos autos, Horácio Augusto, Fernando Grandim e José Duarte Ferreira Afonso, cujos depoimentos pouco elucidaram o Tribunal. Foram depois ouvidas algumas testemunhas de defesa, tendo sido dispensadas as restantes.

Os «reus» foram condenados a severas penas, a pior das quais é a tal sujeição a medidas de segurança depois de cumprida a pena de prisão. É mais uma sinistra fantasia do professor de Santa Comba, porque equivaleria a prisão perpetua, se os dias do regime fascista de Salazar não estivessem já contados.

A PIDE INCOMPETENTE

As vezes, a PIDE é incompetente. E não consegue fornecer provas suficientes aos «lobos» da odiosa «justiça salazarista» para a condenação dos patriotas portugueses. E por isso, há julgamentos assim:

No Tribunal Plenário do Porto foi julgado António Augusto da Silva Saldanha, viúvo, empreiteiro, morador na Avenida Marechal Carmona, Fafe, que era acusado de espalhar notícias falsas e tendenciosas.

Presidido ao julgamento o desembargador sr. dr. Jesus Coelho, tendo como vogais os corregedores srs. drs. Azevedo Soares e Mário Valente Leal, Procurador da República o sr. dr. Abel de Campos, e representante do acusado o sr. dr. Martins da Fonte.

Não se provou a acusação, pelo que o arguido foi absolvido.

Por outro lado, foi absolvido pelo tribunal do Porto o advogado Mário Cal Brandão, um dos líderes locais oposicionistas. Brandão foi processado sob a acusação de ter distribuído panfletos, que, segundo o Ministério Público, eram injuriosos às autoridades. O advogado foi um dos duzentos signatários do Manifesto que conclamou a população do Porto a realizar uma manifestação no dia 31 de janeiro último, aniversário do primeiro levante republicano português. Nessa ocasião, alguns dos manifestantes entraram em choque com a polícia.

AOS INTELLECTUAIS PORTUGUESES

Portugal Democrático, único órgão não censurado da Oposição a Salazar, abre a todos os portugueses as suas colunas, chamando especialmente a atenção dos escritores, jornalistas, professores, cientistas, etc., a fim de lhes indicar que será com a maior satisfação que publicaremos os seus trabalhos sobre o Portugal de hoje — e o de amanhã.

A todos, sem opção por qualquer corrente de idéias, oferecemos fraternalmente as nossas colunas, bastando que nos enviem os seus originais com a indicação de que a colaboração deve ser assinada ou publicada anonimamente.

O Estado Novo persegue os católicos Como é diferente a justiça em Portugal...

Com este título, está circulando profusamente em Portugal e no Ultramar um panfleto, impresso, assinado por "UM GRUPO DE CATÓLICOS", o qual declara, textualmente:

É sabido que «Deus demeritat quos perdere vult» — «Deus ensandece aqueles que quer perder». Na derrocada da actual Situação política, desmorona-se a fachada, que o salazarismo procurou sempre ostentar, de regime pro-católico. Como se um sistema que atenta contra os mais sagrados e elementares valores humanos, que desrespeita a pessoa e posterga as liberdades fundamentais dos cidadãos pudesse abonar-se em princípios cristãos! Por isso, a consciência católica não podia deixar de reagir contra um tal estado de coisas. O exemplo do Padre Joaquim Alves Correia, que morreu exilado na América do Norte, depois de ter sofrido em Portugal uma pertinaz perseguição mostra que a sanha não é de hoje. Mas, mais recentemente, a perseguição tomou um carácter aberto e declarado que antes não tinha.

O Rev. Bispo do Porto, autor da bem intencionada e esclarecida carta ao presidente do Conselho em seguida às «eleições» de 1958, vítima dum ódio sacrilégio por ter sabido traduzir as inquietações da consciência católica em face do salazarismo, está há meses exilado em Espanha.

Um grupo de numerosas personalidades católicas, entre as quais 6 sacerdotes, que «ousaram» expor ao Presidente do Conselho as suas inquietações perante as violências da PIDE, nos termos mais respeitosos e amigáveis aliás, acabam de ser remetidos a Tribunal Plenário, em Lisboa, sob a grave acusação de crimes contra a segurança do Estado, de colaboração com o Partido Comunista, sendo-lhes proposta a aplicação das famigeradas medidas de segurança, que podem significar a prisão por toda a vida! São eles as seguintes pessoas: Padres Abel Varzim, Adriano da Silva Pereira Botelho, António Jorge Martins, César Teixeira da Fonte, João Perestrelo de Vasconcelos e José da Costa Pio e os srs. Alberto de Carvalho Martinho Abranches, Alberto Vaz da Silva, Amândio de Oliveira Filipe Duarte, António Alçada Baptista, António Duarte Arnaut, António Esteves Ladeira, António Marino da Silva, Asdrúbal Teles Pereira, Augusto Cunha, Eng.º Carlos Manzanares Abecassis, Cláudio Renato Marques Teixeira, Edmundo de Jesus Costa, Eduardo Achilles d'Orey, Flávio Ferreira Sardo, Fernão Pacheco de Castro, eng.º Francisco Lino Neto, Francisco de Souza Tavares, Gonçalo Ribeiro Teles, João Bernard da Costa, João Maria Braúla Reis, João Gomes, José Maria das Neves Cruz e Santos, pintor José Escada, José Paulo de Queiroz e Lencastre, José de Sousa Esteves, dr. José Vieira da Luz Jr., Manuel Fernandes de Mansilha, Manoel José Bidarra de Almeida, Manoel de Lucena, Manoel

dos Santos Lourenço, Manuel Serra, Maria Manuela Brito Bio, Mário António Santana de Menezes, Mariano Fernando Res-teiro Calado Mateus, eng.º Nuno Teotónio Pereira, arquit.º Octávio Lixa Filgueira, dr. Orlando de Carvalho, escritora Sophia de Mello Breyner Andresen e Vitor Manuel Sant'Ana Carlos Wengerevins.

Este processo monstruoso, depois de não menos monstruoso processo em curso contra o insigne escritor vivo de língua portuguesa, Aquilino Ribeiro, acusado de idênticos «crimes» pela publicação do seu romance «Quando os lobos uivam», caucionado em 60 contos e passível de um pena de 8 anos de prisão maior, mostra bem como é feroz a agonia do Estado Novo e como a loucura lhe turba a razão nos seus últimos dias.

São duma carta dirigida, em 15 de Outubro de 1959, ao jornalista do «Diário da Manhã» e serventário de Salazar, Dutra Faria, pela ex-salazarista D. Josefina do Canto e Castro, as seguintes passagens que extraímos do «Diário de Notícias» de New Bedford, Estados Unidos:

... Como portuguesa e como católica, não posso deixar de «estranhar» a atitude do Governo e de protestar contra a afronta feita à Igreja católica e aos católicos portugueses, em particular o atentado contra a sua liberdade...

Eu fui salazarista de verdade porque acreditei na sinceridade do «católico praticante» e na necessidade de sacrifícios para restabelecer a ordem e iniciar o progresso do país... Como poderei continuar a acreditar na sinceridade e boa intenção de quem abusou da nossa boa-fé? Serviu-se da religiosidade do povo para manter-se no poder, e agora surgem graves implicações no que respeita à Concordata e ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja?... Acaso a Concordata foi assinada entre a Igreja e o Estado para este a usar como mordida dos católicos, a quem só se permite dizer AMEM? Bem vê, caro Amigo, tenho razões para desilusão e para apelar do altar o meu ídolo de pés de barro...

... Não me refiro aqui aos esqualidos funcionários públicos que auferem ordenados de 1.000\$00 e têm de pagar renda de 500\$00 para cima... Estes, se quiserem, podem melhorar-se. Lembrou-me apenas o trabalhador rural, a quem se paga 20\$00 de salário por dia, quando o milho, base da sua alimentação, custa 40\$00 por alqueire (12k.). E não podem queixar-se...; em geral, o «Boss» do concelho acumula todos os postos de comando, tanto nos empregos públicos como ainda, as mais das vezes é o maior accionista dalguma indústria local. Para quem apelar? Os capitães-móres são afilhados, compadres, primos ou co-irmãos de toda a engrenagem que, seguindo o exemplo que vem de cima, arbitrariamente e ditatorialmente, quer, pode e manda.

Asseguro-lhe que quem acreditou no belo programa de renovação do país, nas Casas do Povo, nos Grémios da Lavoura, nas Casas dos Pescadores, nos Bairros Económicos, etc. e vai por sua conta, não nos automóveis do S. N. I. ... e vê e observa como todas estas coisas lindas

são ocas, vazias de utilidade excepto para os simpatizantes, não pode deixar de corar de vergonha pela mentira que auxiliou a espalhar por todos os meios ao seu alcance, na Rádio, nos Jornais, nas Escolas deste país de gente livre.

... Se só agora estamos a sair... (da fase rural para a industrial), aonde estivemos até agora? Dormindo? Ou digerindo os lucros de guerra? Os países que foram completamente destruídos por essa terrível hecatombe numa escassa dúzia de anos ergueram-se das próprias cinzas e vão já na vanguarda, dando ao povo um nível de vida decente. Claro que não posso compreender o porquê do nosso atraso, a não ser que o País esteja sendo administrado no mesmo estilo de Penedono... ou dos escândalos que se comentam em segredo, à mesa do café...

... Lisboa possui palácios encantados para Rainhas... Hoteis de luxo para os Reis sem coroa e os turistas endinheirados... Museus, obras de arte para recreio de sensibilidades artísticas, esquisitas casas de modas que vêm de Paris e se destinam às damas elegantes... A sua volta serpenteiam as auto-estradas para os automóveis dos muito ricos... Mas, caro Amigo, Lisboa não é Portugal, e o povo, o povo vive miseravelmente, bem perto de todas estas coisas belas!

... Os Açores e a Madeira estão em piores circunstâncias económicas, têm piores meios de comunicação entre si do que há 50 anos. Problemas vitais como um porto seguro na ilha do Pico, um porto de abrigo na ilha Terceira, os aeródromos da Madeira, de S. Miguel, do Faial, o abastecimento de água potável, etc., etc., tudo continua envolvido em planos ou sepultado em estudos...

a) JOSEFINA DO CANTO E CASTRO — Ben Lomond — Califórnia.

Trata-se dum estado de coisas de excepcional gravidade e que não pode continuar. A fêrea Censura à Imprensa impede-nos de reagir com a devida publicidade. Mas sentimo-nos no dever de alertar a consciência católica e toda a consciência da Nação, revelando factos que não podem ser ignorados. Se não assinamos com os nossos nomes, como desejaríamos fazer, é só para não ser pasto da mesma perseguição rancorosa e sacrilégia.

O RETRATO DE SALAZAR RASGADO EM JOÃO PESSOA

Em correspondência de João Pessoa, "O Estado de S. Paulo" publicou há dias a notícia que, a seguir, transcrevemos na íntegra:

"Universitários desta Capital invadiram ontem a Exposição de Fotografias de Portugal e Colonias, promovendo depredações, quebrando e rasgando quadros, inclusive o retrato de Oliveira Salazar.

Allás, desde o início, os círculos estudantis não se mostravam satisfeitos com a exposição, por acreditarem de inspiração nitidamente fascista e por entenderem que ela representa um veículo de propaganda internacional do governo português para abafar a crítica que se faz no mundo ao sr. Oliveira Salazar.

Nesse sentido, a imprensa local divulgou hoje um manifesto das organizações estudantis, advertindo o povo parábano sobre o sentido fascista da exposição e sobre os processos usados pela propaganda salazarista. O fato repercutiu também na Câmara Municipal onde a publicidade foi denunciada pelo vereador Gama Melo."

A última Revista da Ordem dos Advogados de Lisboa (1.º trimestre de 1959), acabada de chegar ao Brasil, traz uma esplêndida amostra da indignidade do regime de Salazar, do amolecimento do Judiciário português e da luta dos advogados do país irmão.

Insera esse volume à página 27, o acórdão do STJ referente ao seguinte caso: o dr. Humberto Perelra Diniz Lopes e outros estavam sendo julgados em primeira instância sob a acusação da prática de actividades subversivas contra a segurança do Estado. Como advogado funcionava o dr. Manuel João da Palma Carlos, um dos mais distintos juristas de Lisboa.

Os denunciados foram condenados. Lida a sentença, o advogado recorreu, requerendo que seu constituinte continuasse em liberdade, em virtude da caução que havia prestado. Indeferido o requerimento, com o fundamento de ao réu haver sido aplicada uma medida de segurança e ser, por isso, de recar a prática de novas infrações, requereu o profissional o esclarecimento do despacho.

A ata menciona, a seguir, que o juiz-presidente do tribunal declarou:

"Que o seu despacho é bem claro e nada tem que esclarecer, aproveitando esta oportunidade para fazer consignar nesta ata que o mesmo advogado, em seguida à formação verbal do dito requerimento, disse em voz alta, virando-se para os membros do tribunal — V. Exas. julgam como lhes apetece, com e sem prova — dizendo isto ostensivamente por forma desrespeitosa, dando lugar e causa a que o réu Humberto Lopes insultasse o tribunal em alta gritaria, dizendo que este tribunal «era uma merda» e acrescentando «só se via isto neste país, dando também lugar e sendo a causa de uma mulher (a esposa do réu dr. Humberto Lopes) que assistia a esta audiência rompesse em impropérios contra o tribunal ou contra a decisão proferida, pelo que ele, sr. Juiz-presidente, a mandou recolher por três dias à cadeia. Como também mandou recolher à cadeia imediatamente o réu dr. Humberto Lopes."

O representante do Ministério Público, tão afinado com a ditadura quanto o juiz, denunciou o advogado dr. Manuel João Palma Carlos como incurso nas sanções do art. 70, n.º 5 do Código Penal.

Depois de dizer que as injurias foram assacadas cerca das 23 horas, prosseguiu a ata relatando, quanto ao advogado, que "foi aquele logo submetido a julgamento sumário pelo Tribunal Plenário, nos termos do citado artigo, sendo proferido às 3 1/2 da madrugada do dia seguinte o duto acórdão de fls. 9, que, julgando procedente e provada a acusação e o réu incurso, nas já mencionadas disposições legais, com a agravante 25.a do art. 3.º do mesmo Código, o condenou na pena de 7 meses de prisão e 7 meses de multa a 40\$00 escudos diários e na medida de segurança da interdição da sua profissão durante um ano; e no imposto de justiça de 1.000\$00."

O advogado foi recolhido à cadeia. No dia seguinte prestou a caução carcerária de 15 contos e a económica de 20 contos, sendo posto em liberdade. Recorrendo da sua própria condenação, teve a solidariedade da Ordem dos Advogados, que, por esse motivo, foi incluída no processo na qualidade de recorrente. Contudo não foi lá muito feliz, observa o acórdão que

"não é, pois, de manter a pena aplicada ao recorrente pelo que se lhe impõe a pena de 6 meses de prisão, substituída por igual tempo de multa à razão de 40\$00 por dia, e 6 meses de multa à razão de 40\$00 por dia, ficando sem efeito a aplicação da medida de segurança da interdição ao abrigo do disposto no art. 70, — § 5.º do Código Penal por à mesma não haver lugar."

Termina o julgado do modo seguinte:

"Nos termos do exposto negam provimento ao recurso da Ordem dos Advogados e condenam-no em parte ao réu, e na forma já indicada.

Condenam ainda o réu recorrente no imposto de justiça de mil escudos estando do seu pagamento isenta a Ordem dos Advogados.

Lisboa, 5 de novembro de 1958 — Eduardo Coimbra (vencido), Mário Cardoso F. Toscano Pessoa.

Diante do absurdo dessa decisão, que até a nós, que nos habituamos a certas lamentáveis concessões dos magistrados, nos cobre de vergonha e nos enche de horror, fez a Ordem dos Advogados de Lisboa o que deveria ter feito.

Publicou na íntegra o miserável julgado.

Resta acrescentar para completo esclarecimento dos nossos leitores que o caso teve enorme repercussão em todo o país. No dia seguinte ao julgamento, a censura apenas permitiu que os jornais dedicassem ao assunto um máximo de trinta linhas abstendo-se de quaisquer comentários. Mas foi o bastante. A indignação em Lisboa e no Interior atingiu proporções insuspeitadas. A circunstância do dr. Manuel João da Palma Carlos ser um dos primeiros advogados portugueses e figura proeminente da oposição ao regime, contribuiu para transformar o escândalo em caso político.

Esta é a Justiça do regime paternal e cristão de Oliveira Salazar...

(In Revista "ANHEMBI", janeiro de 1960).

O ODIÓ DE SALAZAR À CULTURA

Mais uma vez os policiais comandados por Salazar investem contra a SEN — Sociedade Editora Norte — a única Cooperativa Editora que existe em Portugal. A SEN, associação fundada em 1946 por destacados intelectuais da capital nordestina, destinada a proporcionar ao povo livros baratos e contribuir por outros meios (crédito para obtenção de livros, conferências, exposições, etc.) para a elevação do nível cultural das massas populares, votado ao maior desprezo pelo ditador, tem sido, precisamente pelos patrióticos objetivos que visa, uma das organizações culturais portuguesas mais «assistidas» pela «política do espírito» preconizada pelo Estado Novo.

Diversas vezes assaltada pelo bando que hoje, efetivamente, governa o país, conseguiu resistir mais do que outras associações democráticas, como a «Associação Feminina Portuguesa Para a Paz», e a «Liga dos Direitos do Homem», que o cárcere do povo português mandou fechar.

A SEN não devia subsistir. NÃO tendo sido possível liquidá-la pelos habituais meios de pressão, de cerceamento de condições financeiras, de intimidação dos seus associados, de frequentes devassas policiais, recorreu-se agora ao arbitrio do «Guarda-Livros de Santa Comba» mandando-a encerrar.

Mais um crime de Salazar, mais uma luta a travar. Protestemos.

CORRESPONDENCIA

Cer tino de Souza, Caracas — Agradecemos a sua atenção, mas não publicaremos os versos que nos enviou, pois não se enquadram no índole do nosso jornal. Mandamos outro gênero de colaboração.

Helder Monteiro, Canadá — O seu artigo "Pavana para um infante defunto" foi publicado, mas não divulgaremos o texto que nos enviou, "Um Padre salazarista digno do ditador, seu dono e mestre", pois se trata de um caso de polícia.

"ADVOGADO AÇOREANO" — Recebemos o seu excelente trabalho jurídico, lamentando não podermos publicá-lo, em virtude de sua grande extensão. Muito gratos pelas referências feitas ao "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" que continuará lutando pela unidade dos anti-salazaristas. Para receber o nosso jornal, seria preferível que encarregasse algum dos seus amigos no Brasil de lhe enviar todos os meses; se o preferir, porém, enviemos a importância da assinatura e procuraremos fazer-lhe chegar às mãos o

Jornal que o incitou à elaboração do seu excelente estudo.

Paulo de Castro Rezende, Caracas — Reproduziremos oportunamente as passagens que nos parecerem mais interessantes de seu artigo. Continue a enviar-nos a sua colaboração, e bem assim a de outros jovens democratas portugueses da Venezuela. Retribuímos os votos de "um 1960 feliz com Portugal sem Salazar".

"MÉDICO CONIMBRICENSE" — Uma vez mais, graças pelas suas informações, que vieram completar outras que já havíamos recebido. Neste número, damos o devido relevo ao que nos documentou. Mandamos sempre notícias, sobretudo quando forem exatas e precisas, como as que nos remeteu.

Nesta nova secção de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, responderemos a todas as cartas que nos forem enviadas, procurando travar com os nossos leitores um diálogo que possa esclarecer algumas das dúvidas que porventura tenham sobre os problemas portugueses.

Opiniões insuspeitas

Uma carta para o ilustre historiador brasileiro Dr. Yan Almeida Prado. São Paulo, Fev. 1960.

Meu Exmo. Amigo e Senhor Dr. Yan Almeida Prado. Li no "Estado" de 9 a carta de Paulo Duarte.

Aquele como o pobre de mim, também não há-de morrer Alonso Quijano: — deitado numa cama testamentário feito, confesso e absolvido do senhor Cura nos moldes burgueses com que Cervantes amortalhou "EL INGENIO-SO HIDALGO". — antes de pé e lança em riste contra tudo quanto é estupidéz, ganancia reacionarismo, maldade plutocrática.

Agora, ei-lo de viseira levantada e peito descoberto pedindo campo por sua dama — a Pré-História — ignorada Dulcinea de tantos "Quijotinhos" brasileiros muito besuntados de literatura delambida, com Marilias, Iracemas, Barbaras e Inocências de empréstimo, para uma prosinha de suplemento feminino que lhes garante acesso à Academia.

Esse o lado simpático e tão nobre, do homem culto e generoso, que a todos nós, seus amigos, dá magnífica lição.

Mas mostra-o "fôra de vila e termo" quando arbitra a cada um o mínimo de trezentos cruzeiros pela mercê que lhe é devida.

Que são, afinal, nos dias de hoje, trezentos cruzeiros? Isso me levou há pouco o taxi por ir ali ao Brooklin visitar uma neta que está com serapêlo. Pois olhe, Sr. Dr. Yan: foi só um instantinho pela Estrada Velha de Santo Amaro.

Aquela verba não dava para mandar cantar um cégo, quanto mais para o jantar de circuncisão que iam os oferecer ao nosso herói.

Portanto, eu junto a estas regras mambembes Mil Cruzeiros como seria o previsto num orçamento apertado, sem Rênos, Bordenas, Aguedas, Vintages do Alto Douro, Champagnes da linhagem dos Capêtos nem os charutos de fumoças endinheiradas como aqueles com que a Casa de Portugal encaba os Comendadores nas comensinas de aniversário do Estado Novo.

E, lá agora, aproveitó o ensejo para lhe dizer que, se o banquete se realizasse, eu lá falaria em nome desses nove milhões de portugueses anti-salazaristas — agradecerios que somos a Paulo Duarte pela sua fidalga e corajosa atitude na defesa da liberdade e dos direitos que uma sinistra e cruel e fradesca ditadura nos rouba há trinta e três longos e tristes e ruinosos anos.

Falar! como se de letras e eloquência aqueles que conhecem seu carreira de pé posto nas coisas da inteligência, nunca deixaram de o topor embetessado entre os cabouqueiros da obra grossa?

Pois é verdade, Sr. Dr. Yan: mesmo assim eu falaria, embora só para dizer: — Obrigado, Paulo Duarte. — Voz do coração, eco que vem de longe e até do fundo das masmorras, onde os meus patricios esperam o dia da Justiça, o dia da Libertação, o dia da Restauração da República Portuguesa.

Outros, como de direito, saudariam o bravo Diretor da "ANHEMBI", o ousado bandeirante que alarçou o Brasil mental para os novos meridianos da Arte, da Alta Cultura, da Ciencia, da interpretação e descobrimento e valorização de outros e maiores horizontes, que tornam este grande País o leader do Continente Sul-Americano.

E, assim, ouviríamos também aos azes da Sabedoria, realçar aqueles traços vigorosos do humanista, do homem honrado e de caráter, sua Fé de clero e sua evangelica pregação civilizadora e moralizadora, pois que aos da nobre estirpe do mestre escritor, como é bem de ver, "cumpre entender de filosofia para dar a cada pessoa sua propria figura e propriedade e condição e officio, e não a que sua não é, para que vendo sua obra só por esta parte, lhe possais louvar e contemplar, e não zombar dela, como às vezes estais para fazer".

Pode levar, meu caro Dr. Yan, ao conhecimento desse outro e novo Cenáculo de S. Silvestre, que é a confraria que aos sábados se reúne na sua famosa biblioteca, esta desajeitada e monotona e prandial conversa com homenagem e aradecimento do Seu Muito Amigo e Admirador,

a) JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Resistencia e Ação

PRIMEIRO PASSO PARA EXPULSAR SALAZAR DO PODER

Entre os inúmeros panfletos que estão circulando nesta nova vaga contra o regime fascista de Salazar, corre Portugal um documento em que se diz, textualmente:

"O Governo de Salazar, entrado em franca decomposição, sente o pavor da derrocada fragorosa que se avizinha. Incapaz de solucionar os problemas economicos sociais e politicos do país, mas procurando sobreviver num mundo que o nega e condena em cada dia e a cada instante, só tem um pensamento, que é a ordem, o grito histórico do ditador: "Aguentar!"

Aguentar pela força das armas, pela mentira, pela perseguição e repressão policial, pela censura isto é, pela violência sob todas as formas. Mas este regime corrupto, de ideologia fascista e reacionária, que á si próprio se quer confundir com a Nação, só pôde manter-se pela miséria em que lançou a maioria para garantir a super-riqueza a uma minoria infima; só pôde sobreviver pelo terror que impôs á Nação, através da PIDE e dos Tribunais Plenários; pela cumplicidade de uma oligarquia financeira insaciável; pelo apoio, direto ou indireto, do Exército e de certos chefes da Igreja; pela complacência de certas potências estrangeiras em grande parte enganadas pela propaganda desפורודה e mentirosa do ditador de Santa Comba; e até, pela apatia de certos dirigentes da Oposição.

Ao fim de trinta e três anos de sacrificios e martírios, o Povo português vê que lhe tiraram a Liberdade, mas nem sequer lhe deram mais Pão. Há mais barragens, mas a energia elétrica é mais cara para enriquecer ainda mais os poderosos. Modernizam-se as fábricas de tabacos, o que só serve para encarecer o preço dos cigarros, e lançar no desemprego centenas de operários. No Porto municipalizaram os transportes colectivos, mas com isso fez-se um escandaloso negócio, enriquecendo os grandes accionistas da antiga Companhia Carris, e quem paga é o público, a quem se agravou o custo da vida, com a subida das tarifas dos eléctricos.

O "arrumador de contas de Coimbra", que a si próprio "modestamente", se considera o "salvador da Pátria", afirma a pobreza de Portugal, mas o País paga milhões de contos com os compromissos militares da NATO. Constroem-se quartéis de mármore e granito, mas não há casas para pobres nem escolas nem liceus, nem laboratórios correspondentes ás necessidades actuais. Há aviões de jacto, mas não há piscinas para a juventude.

Por tudo isto e o mais que fica por dizer — oh! o que fica por dizer! — o Governo de Salazar decreta, mas não governa; prende mas não convence; manda mas não resolve; grita mas não é ouvido. O Povo cada vez mais anseia pela libertação, pelo pão e pela justiça por um regime constitucional, do Povo e para o Povo. A opinião pública quando pode afirmar-se, sempre tem proclamado um total desprezo e desamor á prepotência do Chefe, uma absoluta hostilidade ao sistema do ditador e mostrando uma gargalhada irónica perante o desajeitado e triste usurpador, fardado de Presidente!

As últimas viagens teatrais do almirante Tomas foram um total fracasso — no Porto, em Braga, em Viana, em Aveiro — o Povo virou-lhe as costas furou-lhe os pneus atirou-lhe pedras e mandou-o embora em papéis tarjetas e letreiros escritos nas paredes. Bem se esgançou esse miserável ex-agente da PIDE, o locutor Artur Agostinho, berando ao microfone da Emissora Nacional (Nacional?) mentiras grosseiras, inventando multidões e entusiasmos. O País "ouveu" o silêncio ou os vivas inocentes das crianças das escolas, conduzidas como rebanhos aos locais próprios... Bem se esforçou aquela Imprensa mecenária ou amedrontada e cúmplice, em dar uma ideia de "apoteoses", que nem com transportes pagos e comedorias por conta dos dinheiros públicos os fascistas, desta vez conseguiram.

A claqué do regime não pôde evitar o rotundo fracasso desta comédia presidencial. O fantoche de Salazar, o usurpador Tomás, saudou as baionetas e as inocentes crianças...

E perante este esforço baldado de popularidade artificial, que nem arranca da a ferros conseguiu, o Padre-Mestre de S. Bento, o Manholas de Santa Comba ficou pálido de medo, meio físico e autêntico como nunca sentira.

ALVARO LINS E A ANISTIA

Por se tratar de um documento que podemos considerar básico, no que se refere à anistia dos presos e exilados políticos espanhóis e portugueses, publicamos nesta edição as palavras do Embaixador da Comunidade Luso-Brasileira, sr. dr. Alvaro Lins, proferidas no instante em que inaugurou os trabalhos da la. Conferência Sul-Americana:

O simples fato da realização desta I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, o simples fato de estarmos reunidos nesta sessão inaugural, numa casa nobre como a Faculdade de Direito de São Paulo, significa sem dúvida uma vitória da consciência democrática e dos sentimentos humanitários do povo brasileiro (palmas) e dos povos sul-americanos (palmas).

Obstáculos e incompreensões se levantaram contra a Conferência. Mas foram vencidos. E' ela mais forte, porque apurada através de todos os exames, tanto por parte das mais altas autoridades como por parte da opinião pública.

A democracia não se faz, naturalmente, sem a luta contra obstáculos. Mas creio que a Conferência está mais forte porque, depois de proibida por um agente governamental, no caso um secretário de Estado, ela foi liberada pela mais alta autoridade da República, que é o próprio Chefe do Estado (palmas prolongadas). E me dirigindo, por um momento ás delegações sul-americanas, eu lhes pediria que a impressão que levassem para seus países não fôsse a do ato da proibição e, sim, a do ato de libertação e realização da Conferência (palmas). O que se passou com o primeiro ato, o do Ministro de Estado para os Negócios da Justiça, foi de ordem interna, mas, pela nossa Constituição e pela nossa estrutura legal, só uma autoridade tem categoria para representar o Brasil no plano internacional e esta é a do Chefe do Estado, que liberou a Conferência (palmas).

Creio que devo a honra de ter sido escolhido Presidente efetivo desta Conferência ao fato de ter, como Embaixador do Brasil em Lisboa, procurado honrar, com simplicidade mas com firmeza, os compromissos internacionais do meu país (palmas).

O que vi em Portugal, na Península Ibérica — o que me fez não só aceitar esta presidência, mas identificar-me com os objetivos desta Conferência —, o que vi e observei lá não aconteceu porque o Embaixador do Brasil fosse facioso, ou

quisesse meter-se na vida interna de Portugal. Na verdade, pelo próprio Regimento e dispositivos do Itamarati, o Chefe da Missão Diplomática tem obrigação de procurar conhecer e examinar toda a realidade do país onde serve, para informar o seu Governo. Foi, portanto, no uso de um dispositivo do meu Governo, sem intervir na vida de Portugal, que cheguei à conclusão, por mim mesmo, de que o sistema português é uma ditadura desumana e atentatória dos direitos da pessoa humana (palmas prolongadas).

Por estar falando no recinto da Faculdade de Direito de São Paulo, cabe caracterizar um ponto que me parece fundamental para os trabalhos deste Congresso. Pela própria Constituição portuguesa, não existem em Portugal — sendo que dificilmente na Espanha — os três poderes do Estado,



o que significa que os dois países da Península Ibérica retrocederam, jurídica e institucionalmente, a um período anterior ao próprio século XVIII e ás teses de Montesquieu. Isto que é elemental em toda parte — autonomia dos poderes e, portanto, da Justiça — não existe na Península Ibérica. E aí está a principal legitimidade desta Conferência, porque os presos políticos em Portugal e Espanha são julgados por Tribunais Especiais, praticamente submetidos ao Governo, Tribunais que não têm a independência necessária para julgar o cidadão. Então se justifica no mundo um clamor em favor dos que são julgados tanto irregularmente

do ponto de vista jurídico como do próprio direito natural.

Peço a todos os congressistas que compreendam — e a mesa pede excusas por isso — algumas deficiências de organização do Congresso. Nós não podemos, nos últimos dias, tratar suficientemente da estrutura regimental do Congresso, porque até ontem á 1 hora da tarde toda nossa luta era pela própria sobrevivência da Conferência. Este o motivo porque não estamos tecnicamente instalados, com as Comissões funcionando já em função dos trabalhos apresentados.

Isto se verificou, porque a instalação solene da Conferência teria sido ontem, ás 2 horas da tarde e, hoje de manhã haveria esta sessão plenária, com a reunião das Comissões á tarde. A exiguidade do tempo impediu isto. Não somos uma Assembleia tecnicamente regular, porque não somos um poder constituído, não somos uma Assembleia, com todas as Assessorias técnicas, próprias a um trabalho perfeito e regular. Além disso, o que importa não será organização mas a atitude e os documentos que saírem desta Conferência. Por fim, dois pontos ainda: em primeiro lugar, desejo bem caracterizar, e solenemente, que esta Conferência, ao contrário do que se assoalhou, não significa uma intervenção dos brasileiros e sul-americanos na vida interna de Portugal e Espanha. Diplomáticamente e do ponto de vista do Direito Internacional, esta Conferência sobre anistia se justifica, tanto quanto as opiniões que todos os delegados possam dar sobre outros países, numa Conferência como a da O N U (muito bem). Em segundo lugar, esta Conferência, não significa, naturalmente, o pensamento do Governo Brasileiro, nem nós o pretendemos. Ela é, e principalmente, uma expressão do povo brasileiro e dos povos sul-americanos, dos homens livres e independentes da América, desejosos de que possam tornar-se, igualmente, livres e independentes, os homens da Espanha e Portugal (Muito bem, palmas).

Declaro aberta a sessão e instalada a Conferência (Palmas). Dou a palavra ao Prof. Florestan Fernandes que, em nome, ao mesmo tempo, da delegação brasileira, e da Comissão Coordenadora do Congresso em São Paulo, fará a saudação oficial aos delegados sul-americanos. (palmas).

A DEFESA DE AQUILINO

Inaugurando uma nova fase da luta anti-salazarista, os organismos democráticos portugueses do Brasil vão lançar o primeiro dos «Cadernos Democráticos», volume que reproduzirá, na íntegra, a defesa do escritor Aquilino Ribeiro ás acusações que lhe moveram os inquisidores salazaristas. O preço de cada exemplar será de Cr\$ 70,00. Solicitamos aos nossos leitores, e bem assim aos correspondentes, que rapidamente façam os seus pedidos à administração de «Portugal Democrático».

«DEMOCRACIA ESPAÑOLA»

Um jornal ao serviço da Espanha Livre

mos que Salazar, durante a guerra, mandava prender os amigos da Inglaterra e tinha na mesa de trabalho a fotografia do seu idolo e modelo — Mussolini — quando este semeava fogo e metralha em terras da Etiópia!

Agora Salazar convidou o Presidente da República do Brasil a visitar Portugal após o tremendo cheque sofrido com o caso do General Humberto Delgado, tentando assim fazer-nos crer que a vinda de Juscelino Kubitschek ás comemorações henriquinas seria um apoio ao seu Governo fascista. Ora nós não julgamos que um Presidente eleito democraticamente, um Presidente dum país Livre e nosso Irmão, como o Brasil, possa algum dia hostilizar e desprezar o povo português para se pôr ao lado dos seus tiranos.

PORTUGUESES: — Vós, que destes uma tão alta lição de consciência cívica, aclamando Humberto Delgado e desprezando Tomas, vós que tendes lutado pela Liberdade e pela Democracia

TENDE ANIMO E FE NA LIBERTACAO QUE ESTÁ PRÓXIMA!

Crónica quase reportagem das teses sobre Portugal

FERNANDO CORREIA DA SILVA

Chegámos às 14 horas. O salão nobre da Faculdade de Direito comecava a encher-se. Apalpei o bolso direito do paletó. A minha tese! Diabo, a minha tese. Nunca enfrentei auditórios. A minha voz será radiogénica? Qual a distância certa a manter entre mim e o microfone? Que se lixe tudo isso. Estou alegre. Todos nós estamos alegres. Há uma grande simpatia à nossa volta. Um catalão aproxima-se e sorrindo enrola cinco palavras que não consigo decifrar. «Salud!» responde-lhe. Apertamos as mãos com energia. Afinal, entendemo-nos. Maria de Lourdes Prestes Maia aproxima-se. A meu lado, Jorge de Sena. Uma, irrequieta por temperamento; outro, sereno por convicção. Apresento-os; ou melhor, Maria Prestes Maia extrai os nomes de todos nós, digo que já lhe fui apresentado quatro vezes; ela diz que sim mas que não se lembra do meu nome, ah Fernando! Fernando não me esqueço mais, é o nome do meu irmão, muito prazer, rimos, Jorge de Sena continua sereno e coça o couro cabeludo com o mindinho da mão direita, aí as arcadas! diz Maria, lembrem-me as arcadas do convento de Tomar, vocês conhecem? sim, claro que conhecemos, eu nasci no convento de Tomar, quando era menina brincava debaixo das arcadas, hoje, ao pensar em Portugal penso em Tomar, o lugar onde se nasce é tudo, é a terra, é o apêlo da terra que se mantém, de repente sinto saudades da minha pátria, onde estarão a esta hora os meus amigos? o Monteiro, o Malta, o Inglês, o Zé Manel? alguém entra no Café Chiado, senta-se a uma mesa e informa que os outros continuam presos e esperança não há, olho de lado, o Sena continua entretido com o couro cabeludo e Maria Prestes Maia já não fala das arcadas, quer saber urgentemente das nossas teses, sinto vontade de entronizar esta senhora, ela inventou a alma em motor contínuum.

O Fernando Lemos acaba de entrar e pisca-me o olho, vamos subir? despeço-me, o Sena atende olímpicamente a curiosidade de Maria Prestes Maia, e eu subo, subimos, como é, vadio? pergunta Fernando, tudo bem? claro que tudo bem, trocamos alguns insultos amigáveis na gíria de Lisboa e subimos, subimos sempre, é uma escadaria imponente, alô Eva, alô, oh, como vai? tudo bem? tudo bem! grande vitória! se é! estudantes brasileiros cruzam-se conosco, são eles as abelhinhas da Conferência, carregam papéis, sobem, descem, procuram mesas, sentam-se, dactilografam um stencil, procuram delegados, a sua tese, mais logo, depressa, o stencil vai ao mimeógrafo, roda, roda uma vez, duas, duzentas vezes, alô! alô! grande vitória! grande vitória mesmo! está calor, parece um último dia de aulas, todos aguardam o resultado dos exames, estamos nervosos e de antemão sabemos que a democracia foi aprovada, foi o próprio Presidente da República quem deu a nota, está abafado, está realmente muito abafado, sinto-me em casa e ameaço tirar o paletó, à porta do salão nobre um outro estudante sorri e sacode negativamente o indicador, não? pois bem, não! concordo, hoje concordo com tudo, foi uma grande vitória e espartilho o paletó por todo o tórax, lá está o Casais e o Sena, o Sena? Santo António da Ubiquidade, por onde é que ele entrou? o Vitor Ramos desempenha com eficiência o papel de burocrata, vai até à presidência da mesa, toma apontamentos, consulta papéis, diz qualquer coisa ao ouvido de Alvaro Lins e Alvaro Lins sacode afirmativamente a cabeça, o Vitor regressa à base e informa: primeiro a Maria Archer, depois o Neves, depois o Casais, depois tu, depois aquele, depois aquele, e entretanto o salão nobre continua absorvendo os brasileiros solidários com os portugueses e espanhóis inconformados, o salão está cheio, o salão está repleto, piadas, zum-zum, olá! o rosto do Com. Sarmiento Pimentel ameaça detonar em vermelho, o velho firme, o velho rijo, a antiga cépa lusitana, não sei porquê tenho os olhos úmidos e penso em meu avô operário da CUF reformado com duzentos mil réis por mês e uma medalha, já lá vai tanto tempo, já fez seis anos que, por falta de oxigénio, me trans-

plantei para o Brasil, meus amigos a onze dias de mar definham nos Cafés, e nos empregos, e nas ruas, e nas praças, e no campo, e nos teatros, e nos cinemas, até no lar eles definham, Portugal está sob uma redoma pneumática, há 33 anos que a atmosfera vem sendo rarefeita, muitos deles já mortos por sufocação na António Maria Cardoso, na rua do Heroísmo, no forte de Caxias, no forte de Peniche, nos lazaretos do ódio, tenho vontade de esmurrar alguém, gente continua a afiluar ao salão, que cara é essa? pergunta o Fernando Lemos, esboça uma careta sorridente e algo me dói por dentro, estamos todos alegres, mas devíamos estar alegres? Sim devemos estar alegres; com mil diabos, não sou a consciência universal e por uma medida de higiene devo limpar esta nódoa de tristeza que a ditadura entornou sobre mim, tenho até que aprender a odiar com alegria, tenho que aprender as pragas homéricas dos espanhóis, iniciar-me na sátira escatológica do fascismo, solto um palavrão, o Jorge de Sena olha-me vagamente atordado, bravo, encontrelhe a brecha da serenidade! e o salão cada vez está mais repleto, abaixo a canalha! quebra-se o zum-zum de encontro à mesa da presidência, morra o padre de Santa-Comba! morra o Super-Rato! Alvaro Lins aproxima-se do microfone, vai ser reiniciada a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha, e eu estou alegre, saudavelmente alegre, amputei o desânimo que eles me enxertaram à nascença.

ARTE E LITERATURA NA PRISÃO DO SALAZARISMO, TESE DE MARIA ARCHER

Maria Archer dirige-se à tribuna. Começa a falar e sua voz mal se ouve, agito-me irrequieto, faço estalar os dedos, espalmadas, aproximo as mãos uma da outra, talvez ela entenda, olho em volta, todos os portugueses estão gesticulando hieroglíficos expressionistas, que diabo, Maria Archer! ah, por fim ela compreende o significado destes adeusinhos, aproxima-se do microfone e sua voz deflagra-se subitamente pelo auditório, arrei! não aguento estas cenas de «suspense»... Atento no que Maria Archer diz: «O super-homem de Nietzsche transformou-se agora nos ditadores paternalistas, anacrónicos, que transmudam povos de estirpe milionária, como Portugal e Espanha, povos que já foram capazes de dar novos mundos ao mundo, em rebanhos escravizados e temerosos do cajado do pastor, diminuídos nas qualidades humanas, e que, tão desvalorados como Esaú, vendem a liberdade pelo pobre prato de lentilhas que lhes não sacia a fome. Salazar é um desses deuses anacrónicos e virtualmente superados pela evolução ideológica e social. Vive sujeito a um deus — a ordem — que se manifesta na Trindade Igreja, Pátria e Família. A Ordem salazarista atinge a Arte e os Artistas com todo o seu poder de repressão, aniquilando-lhes a potência criadora, desfalcando-os na qualidade da produção, inibindo-os para o esforço de se realizarem pela obra que existe, gorada mas ainda informe, no mistério psíquico da criatura.» Enumera exemplos de perseguição à cultura e lembro-me das sessões na Voz do Operário, em Lisboa, em apoio à candidatura de Norton de Matos. É notável que tais denúncias sejam feitas perante auditório tão vasto, é notável saber-se que, ao sairmos, a Guarda Republicana não vai carregar sobre nós, é notável que uma polícia, falando a mesma língua que a nossa, nos garanta a liberdade de expressão. Maria Archer denuncia: 1.º — A censura à Imprensa, e cita exemplos de artigos seus cortados e refundidos arbitrariamente pelo censor; 2.º — A Censura ao Livro, e cita exemplos de livros seus apreendidos e de originais rebuscados pela P.I.D.E. em seu próprio lar; a proibição de circular em Portugal obras de Jorge Amado, Simone de Beauvoir, Sartre, Camus, etc.; a apreensão de «Quando os Lobos Uivam» e o processo movido ao seu autor; a apre-

ensão de «A Vida Sexual» de Egas Muniz, Prémio Nobel. 3.º — A Censura ao Teatro, e a consequente estagnação a que este foi votado. 4.º — A perseguição às Artes Plásticas, e cita exemplos de bolsas cedidas apenas a artistas pro-salazaristas, de destruição de murais considerados subversivos, de invasão de exposições e apreensão de quadros.

Maria Archer conclui, pedindo ao Presidente da Conferência:

1.º — Que a Conferência se pronuncie no sentido de ser notificado o Governo português do nosso repúdio às restrições que o salazarismo opõe à liberdade de expressão em todas as formas.

2.º — Que a Conferência se pronuncie no sentido de ser requerido ao Governo português a anistia para os escritores e artistas perseguidos, presos ou impedidos de reeditar os seus livros já publicados, de editar os seus originais, de dar livre curso à sua obra.

Um crepitar de palmas arde pela sala. Sossego-me. Apesar da diferenciação de pronúncia, os brasileiros bem nos entendem.

SOLIDARIEDADE PARA AQUILINO RIBEIRO, TESE DE JOÃO ALVES DAS NEVES

Alvaro Lins convida João Alves das Neves a subir à tribuna. Um escritor português de 30 anos publicou um romance. O romance foi apreendido e o escritor incriminado por: 1.º — Atentado contra o prestígio do país no estrangeiro (pena: 2 a 8 anos de prisão maior). 2.º — Instigação à prática de crime, contra a segurança do Estado (pena: 2 a 8 anos de prisão maior). 3.º — Ofensa à honra e consideração devidas ao Presidente do Conselho e aos Ministros que demittiram o Prof. Pulido Valente (pena: 3 meses a dois anos de prisão). 4.º — Ofensas à Magistratura (pena: prisão até 1 ano). 5.º — Injúrias à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (pena: prisão até 4 meses). A estas cinco acusações juntam-se diversas agravantes, entre as quais a de acumulação de crimes e a de ter um filho Juiz de Direito (!). Que em Portugal, ter filhos ilustres, agrava a pena dos pais. Neves desmonta agora o ridículo das acusações a Aquilino Ribeiro e notando que devido principalmente aos protestos do Brasil, Jaime Cortesão, António Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes foram, não faz muito, restituídos à liberdade, conclui: «também nós poderemos salvar Aquilino Ribeiro da cadeia, no momento em que oferecendo ele à literatura portuguesa uma obra gigantesca, se aproxima dos 75 anos. A defesa do grande escritor português conclamamos todos aqueles que, cada um em seu país, enviem ao autor de «Quando os lobos uivam», mensagens de solidariedade. Com efeito, as razões de Aquilino não o libertarão das garras dos «juizes» que pactuam com a «gestapo» de Salazar. Mas um movimento de opinião pública internacional, espalhado por toda América Latina que chegado à Europa permitirá ao escritor português a conclusão da sua obra magnífica — em paz e liberdade.»

Levanto-me aplaudindo, e noto que todos aplaudem comigo.

ARBITRARIEDADES DOS PROCESSOS REPRESSIVOS, TESE DE ADOLFO CASAIS MONTEIRO

Alvaro Lins anuncia a intervenção de Casais Monteiro. Cruzamos os dedos e aconselhamos: olha o sotaque, Casais! Seu rosto comprido ganha de imprevisto uma terceira ruga, esta horizontal, a da difícil contenção da seriedade que o momento exige. Rimos. Sabemos que ao regressar ele vai apellar-nos de gajos lixados. Conheci o Casais recentemente. Sempre o supus um homem agreste. E-o, e a outra face do seu carácter é a bondade. Ontem à noite ficámos festejando a autori-

zação presidencial para a instalação da Conferência com uma rodada de chopes. Divertem-nos as piadas e a mimica roedora do Fernando Lemos. Sinto-me bem com esta companhia. A irreverência é a vitória sobre a hipocrisia, a purgação do medo. Quando cheguei ao Brasil tinha pesadelos que se prolongavam pelo dia fora, minha voz não ariscava um tom maior, se alguém me perguntava o que se passava realmente em Portugal, logo eu procurava em volta a palidez de um bufo. Casais, agora da tribuna, traça o roteiro dos meus pesadelos. «O medo» diz ele, «é a verdadeira lei que domina o país. Medo de perder o emprego, medo que um superior de que um colega, de que um desconhecido faça uma denúncia — porque não há forma mais cómoda de vingança, pois que ser suspeito já é um crime. e dizer que alguém disse algo contra o regime, se não levar à cadeia pode muito bem ter como resultado a perda do emprego — sem que a vítima venha jamais a saber como e porque isso aconteceu». Polícia em vez de lei, direções de sindicatos nomeadas em vez de eleitas, concessão em vez de direito ao trabalho, filiação ao partido único para singrar na vida, reunião sob autorização policial, alvarás autorizados pela polícia para editar livros, lançar jornais, montar tipografias, censura policial para evitar os excessos, curriculum vitae controlado pela polícia em vez de competência para ser professor, a polícia, a polícia, sempre a polícia, o medo de tudo, o medo da sombra que nos segue, o medo daquela outra sombra vital que nos pode soltar a língua sem querer. Lembro-me de um compositor e professor de música sem autorização policial para o ser. Era inverno e eu e minha mulher tremíamos em seu quarto acanhado. Tentou tocar-nos uma sonata recém-composta. As frieiras impedir-nos. Sorriu, e disse-nos que o carvão estava muito caro. Depois, insinuou que devíamos sair. Iria receber um aluno. Porque ele recebe alunos clandestinos. É perigoso, a polícia vigia, mas ele tem que viver de qualquer maneira. E apesar da polícia, apesar do medo, não há presos políticos em Portugal. Casais Monteiro explica porque: «O sr. Oliveira Salazar já teve o desocramento de afirmar que não havia presos políticos em Portugal. E' que, como nesse mundo ideal que é o Estado Novo não há políticos, daí se deduz, logicamente, não existirem presos políticos. Pois como poderia existir uma coisa que ele proibiu? Não sabemos se jamais alguém acreditou realmente em tal farsa. Ela exprime, porém, perfeitamente, os métodos do governo, e a verdadeira moral do regime. O segredo está em substituir a expressão «crime político» por «crime contra a segurança do Estado». Eliminada a palavra, o Estado Novo fica com a consciência tranquila e pode dizer à O.N.U. e à N.A.T.O. (que acreditam piamente): em Portugal ninguém é perseguido por causa das suas opiniões políticas...»

A REPRESSÃO EM PORTUGAL — ALGUNS ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS, TESE DE VITOR RAMOS

E' Vitor Ramos quem prossegue o roteiro do pesadelo. Ele convida-me a descer serenamente às masmorras de Salazar e aí fazer um inquérito social. Sinto-me resvalar pelo abismo, a vertigem é longa, subitamente aconteceu o inevitável, meus pais além das grades, havia um silêncio estrondoso à nossa volta, o espaço fora interseccionado entre nós, os gritos de presos e famílias eram as arestas da incomunicabilidade, a solidão, a maldita e ruidosa solidão, depois aquele corredor imenso aonde marchávamos a horas fixas, a hora de ir lavar o rosto, a hora de ir comer, hora de ir dar vazão ao intestino; havia um recluso enlouquecido há cerca de quinze anos, quando passava por nós encostava-se à parede oposta, tinha horror a quaisquer contactos físicos com outros seres humanos, gozava de uma certa liberdade no interior do presídio e em contrapartida os carcereiros permitiam-se também a liberdade de lhe tocarem traçoira-

mente a ponta dos membros ou a pele do rosto, acudido ele uivava contra o muro e, na primeira abertura, escapava para os lavabos onde, durante horas, tentaria neutralizar com água e sabão o contágio maldito, o espétaculo acabou! diz o carcereiro, abre-me a porta da cela e nós entramos, somos quinze, odeio, há risos à minha volta, odeio! odeio!, os risos persistem, creio ouvir a voz enuoca do Grande Inquisidor, as suas justificativas, «chegou-se à conclusão de que os presos maltratados eram sempre ou quase sempre terríveis bombistas que recusavam confessar apesar de todas as habilitações, onde tinham escondidas as suas armas criminosas e mortais; só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidem a dizer a verdade; e eu perguntei a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas, não justificava largamente meia dúzia de safanões a tempo dessas criaturas». De súbito uma grande hilariedade me toma, olho em volta, os brasileiros estão meio atónitos, os portugueses não contêm o riso, Vitor Ramos limitou magistralmente a voz do Santa Comba. Uma irreverência, uma gargalhada interrompeu o filme das evocações, acompanho de perto o inquérito social movido por Vitor Ramos. Diz ele: «Do ponto de vista político-ideológico, pode afirmar-se desde já que a repressão atinge gente de todas as tendências». Provas? Prisão, há cerca de um ano, de quatro intelectuais liberais, Jaime Cortesão, Vieira de Almeida, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes. Prisão, meses depois, de cinco padres e um moço dirigente da J.O.C. Prisão continuada de centenas de militantes da extrema-esquerda. Prisão de elementos do Exército e da Administração, de formação ideológica conservadora (Cap. Henrique Galvão, por exemplo).

Passamos a análise das características sociais dos prisioneiros: «Sendo impossível por razões óbvias, proceder a um levantamento completo dos nomes e das profissões de cerca de 1.000 presos políticos que purgam actualmente as penas a que foram condenados pelos tribunais de excepção (...), façamos uma sondagem na sua composição social, utilizando para isso 132 nomes: de 85 detidos nalgumas alas das cadeias de Peniche e de Caxias, as mais frequentadas do continente português, e de 47 presos na de Luanda a mais repleta da África. Dos 85, 34 são operários, 7 economistas, 5 estudantes, 5 oficiais do exército, 5 empregados no comércio, 4 advogados, 3 padres, 3 engenheiros, 3 jornalistas, 2 professores, 1 camponês, 1 comerciante, 1 médico e 11 mulheres. Dos 47 em África, entre brancos e negros, 14 são funcionários, 13 empregados no comércio, 6 operários, 3 enfermeiros, 2 padres, 3 engenheiros, 2 estudantes, 2 marinheiros, 1 arquiteto e 1 médica. Conclui-se que, na metrópole, é a classe operária a mais alvejada pela repressão. E que em África, são os elementos indígenas mais esclarecidos, do pequeno funcionalismo e das profissões comerciais, os mais atingidos.»

A repressão económica é uma das mais eficientes e cruéis armas manejadas pelo salazarismo. Vejamos: Demissão pura e simples do funcionário que esboce uma crítica ao regime, ou aposentação compulsória com parte dos vencimentos (caso dos 37 professores universitários demittidos ou aposentados, caso Humberto Delgado); pressão junto de entidades patronais no sentido de demittirem empregados oposicionistas; impossibilidade, dos que exercem certas profissões liberais, de obterem contratos com o governo; ausência do direito de greve, greve! a greve! a palavra subversiva, o crime hediondo, a dissolução do universo plutoprepotente! era em 1943, a todo o momento se esperava a abertura da segunda Frente dos Aliados, não tardaria muito que a ignominia humana fosse destruída e com ela a ignominia portuguesa, por um gesto quase quixotesco Lisboa proletária parou, a zona marginal do Tejo foi interdita, passavam patrulhas a cavalo e carros blindados; súbitos morcegos tomam a forma humana, namorados desje-

(Conclui na página 6)

Teses Sobre Portugal

dem-se inquietos, dois homens pararam num cruzamento, um olho de gato espia na esquina, um grito estrangulado rasga a noite pelo meio, homens são decepados do corpo das companheiras, um carro negro vomita-os no covil, aí os devoram horas-luzes-punhos-lepra, um braço que martela no cansaço; luzinhas fardadas de verde gravitam em torno da cruz gamada, foi suspenso a metralha dos rebites, apenas se ouvem passos solitários ou o barulho das águas de encontro às tabuas do cais, Lisboa é uma cidade de estátuas espartadas, eis que a metralha estilhaça os vidros, as mulheres atiram-se às ruas, patas de cavalos ameaçam-nas, patas mecânicas, lagartas, cremalheiras, homens puxam-nas para trás e indefesos desafiam os cornos afilados do fascismo, está tudo tão longe e odeio! odeio os vícios da pureza! odeio os safanões a tempo! odeio as sotainas sobre as fardas verdes! odeio as fardas verdes em nome das sotainas! odeio os masturbadores assassinos! odeio os que desvirgam a condição humana! odeio a liberdade entre as coxas de um general! odeio os gigolôs da liberdade! quero-te empalado em fôgo oh grande Inquisidor! sexo neutro sem anjo em volta! assexuado em menopausa marqués de Sade à escala universal! que um monstruoso fôgo te rasgue as entranhas descarnadas! que te faça vomitar a alma-excremento! que te retalhe! que te agonie de remorsos inéditos! que te inunde em jactos escaldantes! que te desintegre o corpo apodrecido oh odiosa Memória impossível de catarse!

DESUMANIDADES DOS PROCESSOS REPRESSIVOS E PENAS APLICÁVEIS AOS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS DE CARACTER ECONÓMICO E SOCIAL, TESE DE AUGUSTO ARAGÃO

Basta! Ou não, que se fale, que todos saibam dos cidadãos presos sem mandato de captura, da incomunicabilidade durante seis, doze meses, de Militão Ribeiro, logo ao fim de 9 meses de isolamento e torturas, de Militão Ribeiro assassinado na cela; de Manuel Fluza, morto por espancamento; de José Moreira, morto por espancamento; de Alfredo Diniz, morto por espancamento; de Catarina Eufêmia, presa e depois morta a tiro; de Adelino dos Santos, metralhado na via pública; de Joaquim Lemos de Oliveira, morto por espancamento. Conta Aragão, conta os crimes mais recentes. Conta os jorros de luz intensa a meio da noite, a tortura da «estátua», as gotas de água fria e quente nos ouvidos até ensurdecerem os prisioneiros; conta as chicotadas nas solas dos pés, os choques elétricos, a privação de sono e alimentação, os olhos queimados com pontas de cigarros; conta os prisioneiros que desmalam com os testículos torcidos; conta os horrores da «frigideira» no Tarrafal, conta os segredos do «segredo», as celas subterrâneas e lodosas, os dias chavascando nos excrementos e nas trevas. Que todos saibam, que todos saibam!

Fala dos estudantes e trabalhadores presos por reivindicarem melhoria de condições económicas e culturais, fala dos suicídios na sede da P.I.D.E. Diz-nos dos réus impedidos de defesa, das testemunhas e advogados presos mesmo durante os julgamentos; diz-nos das salas de audiência previamente cheias com agentes secretos. Aponha aqueles padrões incomodados porque não denunciaram a polícia a greve dos empregados, aquele padre impedido de vender pão fiado aos grevistas. Trémulo seguras o microfone, e do meu lugar grito silenciosamente contigo: «O que nós queremos é que cesse o terror, o que nós queremos é que sejam respeitadas as liberdades fundamentais, o que nós queremos é que seja concedida anistia, o que nós queremos é que cessem as perseguições por delito de opinião.»

Por falta de espaço, somos obrigados a publicar só no próximo n.º a continuação do artigo «O Problema Económico-Agrícola Português», de F. Ciriaco da Cunha, pelo que pedimos desculpa ao autor e aos leitores.

Eu, eu quero algo mais do que isso. Mas dê-se à Conferência o que é da Conferência: a luta pela anistia.

DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA, TESE DE FERNANDO CORREIA DA SILVA

Governo cristão, governo católico! dizia-se o de Salazar. Durante longos anos os católicos foram iludidos ou quiseram ser iludidos. Hoje despertam para a realidade. Da tribuna, leio um documento assinado por 47 prestigiosas personalidades dos meios católicos, denunciando as criminosas arbitrariedades da polícia política. Era o documento endereçado ao Presidente do Conselho de Ministros. A resposta não tardou: prisão de quatro signatários, três padres e um dirigente da J.O.C.

Olho o auditório e meus olhos fixam-se nos gestos aflitos da Maria Archer, logo nas primeiras filas. Disponho-me a comer o microfone e ela sossega.

Falo depois da carta do Bispo do Porto; da assinatura do Bispo de Aveiro num documento pedindo a anistia dos presos políticos; da atividade oposicionista do Eng. Lino Netto, do Centro de Informação Católica; da rígida censura a que um jornal da J.O.C. é submetido; do malogro do apregoado casamento entre o Estado Novo e a Igreja Católica, e proponho, considerando que a anistia é hoje, também, uma exigência dos católicos, mas estando estes impedidos de exprimir publicamente tal sentimento, que sejam transmitidas a S.S. o Papa João XXIII, a S.Em. o Cardeal Patriarca de Lisboa, e a S.Em. o Cardeal Primaz de Espanha, as conclusões da Conferência, assum como mensagens dando-lhes conta da situação em que se encontram os presos políticos espanhóis e portugueses e pedindo-lhes sua intercessão junto dos governos dos dois países para que aqueles seja concedida imediata e completa anistia. Conclusão: «Tempo houve em que católicos foram indiferentes às perseguições movidas pelo estacionismo aos democratas. Demonstrar-lhes-ão os democratas com a adoção das providências ora propostas que a indiferença não é sua atitude quando seres humanos, e entre estes, católicos, sofrem perseguições por delitos de opinião.»

INTERVENÇÃO FINAL DE PAULO DE CASTRO

Estamos de pé, estamos todos de pé, é a premar das certezas; com Paulo de Castro condenamos definitivamente o regime salazarista, a mûmia na proa ocidental da Europa, condenamos os ocidentais que consentem a putrefação de cadáveres em sua nave, condenamos o crime, condenamos a pobreza e a miséria, a estagnação económica; condenamos os que permitiram a invasão de uma estagnação económica; condenamos os que permitiram a invasão de Espanha, condenamos os que foram cúmplices do nazismo e os que hoje são cúmplices dos antigos cúmplices do nazismo; condenamos a tentativa de corromper toda uma juventude, condenamos o medo a que fomos submetidos, condenamos os sicários do medo, condenamos a bestial violência de trocar de pátria para ser livre, de repente apetece-me cantar um hino revolucionário, qual? penso numa canção do Lopes Graça e poucos a poderão comungar comigo e sinto-me estrangeiro, fui-o em Portugal porque exilado de mim mesmo, sou-o no Brasil porque exilado de Portugal, que meus filhos brasileiros jamais sejam estrangeiros! sinto os olhos úmidos e acerco-me de Paulo de Castro, cercamos Paulo de Castro, alguém me puxa furiosamente pelo braço, volto-me, uma pequena velha espanhola recém-saída de um quadro de Goya abre caminho à força de idade e lambusa o rosto de Paulo de Castro com um beijo e algumas lágrimas, creio ouvir-lhe da boca desdentada el fascismo no passara, entendo a velha, mas esta não é a frase certa, não estamos cercados, a ilha agora são eles, e sei, sabemos que a liberdade passará!

Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo, tarde de 24 de janeiro de 1960.

300 PADRES PROTESTAM CONTRA O "EXILIO" DO BISPO DO PORTO

Um telegrama da Agência «France-Presse», com data de 16 de fevereiro, de Lisboa, revelava a seguinte e curiosa informação:

«Sabe-se de fonte segura que uma delegação de curas da diocese do Porto entregou a monsenhor Giovanni Ramo, Nuncio Apostólico em Lisboa, uma petição assinada por trezentos eclesiásticos dessa diocese protestando contra a atitude adotada pelo governo português em relação a D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, que saiu de Portugal em julho último, e depois as autoridades portuguesas não o autorizaram a regressar a seu país. Depois de residir algum tempo na Galícia, o prelado se instalou em Valencia (Espanha) onde lecionou no grande seminário dessa cidade. D. António dirigiu ao chefe do governo português, durante 1958, e por ocasião da campanha eleitoral para eleger o novo presidente da República, uma carta, na qual expressava seu desagrado com muitos aspectos da política do regime. Copias abundantes desta carta circularam clandestinamente por todo o país, e essa é a causa inicial da questão.»

Entretimentos, a Santa Sé confiou a administração da Diocese a D. Florentino de Andrade e Silva, bispo auxiliar.»

Como se vê, a tomada de posição dos 300 sacerdotes católicos não deve ser encarada de ânimo leve, pois resulta, afinal, de todo um processo que, iniciado nos últimos anos, começa agora a desenrolar-se à luz do dia. A revolta da Igreja contra Salazar, que dela usou e abusou, apareceu nítida com o alarme que foi a carta sensacional de D. António Ferreira Gomes ao chefe do governo facista. Em seguida, os documentos, firmados por inúmeros católicos, esclarecendo uma atitude que, é claro, o regime salazarista ainda tentava iludir, deram a medida do abismo que começava a separar o Clero português do abjeto ditador. Hoje, com a notícia do protesto de 300 sacerdotes, desfazem-se todas as dúvidas: a Igreja, ao menos pelos seus sacerdotes e militantes, não está com Salazar, mas unida a todos os movimentos que visam a queda do regime policial e fascista que há mais de trinta anos impera em Portugal.

ANISTIA

A fim de dar cumprimento à Resolução n.º 5 da LA CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PRO-ANISTIA DOS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS ESPANHÓIS E PORTUGUESES, a comissão coordenadora, comunicou que o sr. Embaixador Alvaro Lins e a sra. Dra. Dolores de Mello Vassão aceitaram representar o Brasil na Comissão Executiva Permanente. Esta Comissão deve reunir em Montevideo, no fim da quinzena de março, com o propósito de escolher a delegação que irá a Espanha e a Portugal (Resolução n.º 4), além de eleger o Presidente e escolher a sede e o modo de convocação da 2.ª Conferência Pró-Anistia, a qual será de âmbito latino-americano.

Por outro lado, dando satisfação ao determinado na Resolução n.º 1, está sendo elaborada a mensagem a enviar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, relativamente à situação dos presos políticos em Espanha e em Portugal.

LIVROS NOVOS ANTI-SALAZARISTAS

«A FOME EM PORTUGAL», de EDGAR RODRIGUES E ROBERTO DAS NEVES

Documentos importantes, rigorosos e decisivos, se encontram reunidos neste novo volume sobre «A FOME EM PORTUGAL» (1) há pouco lançado pela «GERMINAL», editora que por largos anos esteve sózinha numa ação meritória e necessária: a de divulgar no Brasil alguns dos textos que deveriam ser difundidos, mas que não logravam, é claro, o favor da inquisição salazarista.

Que há cada vez mais fome no paraíso salazariano, sabem-no todos os portugueses que lá vivem, assim como os turistas menos apressados que se deslocam ao país de António Sérgio, de Jaime Cortesão, de Aquilino Ribeiro ou de Ferreira de Castro e que se dispõem a observar o que está dor detrás da «cortina» das «grandes autocentradas» da limpeza de Lisboa, da propaganda do SNI e da ANI e dos cursos dos que roubam o Povo Português — agricultores, industriais e comerciantes —, graças ao escudo que lhes é concedido pela chamada «união nacional».

Não nos deteremos assim, na análise democrata do livro da «Germinal», limitando-nos a reproduzir esta passagem de um artigo do eng. Quartim Graça (ex-ministro e atual deputado de Salazar), inserido em publicação do oficial Centro de Estudos Demográficos: «Os ovos, o leite, a mantega e o queijo são considerados pelas populações rurais artigos de luxo, que só excepcionalmente consomem, destinando-os em geral aos mercados. Resultado: fraca percentagem, na ração, de proteínas de origem animal, certo número de doenças de carência, provenientes de avitaminoses, tais como o raquitismo, espalhado por todo o país; a cárie dentária, igualmente, e muito em especial no Douro; a pelagra, no Minho e outras regiões onde predomina o consumo da broa. Tal deficiência de grande parte dos rurais portugueses patenteia-se claramente nos registos das inspeções militares.»

Nas páginas de «A FOME EM PORTUGAL» documentam-se ainda problemas como os do desemprego, da tuberculose, da mortalidade infantil, da mendicância, da «assistência so-

cial», dos sindicatos copiados dos seus congêneres fascistas italianos, dos roubos, desfalques e outros assaltos aos cofres públicos, etc., etc. Em resumo, destaca-se a parte mais realista da autêntica «obra» de Salazar. É um livro, portanto, que não pode deixar de ser lido e que aconselhamos, sobretudo, aos «salazaristas» do Brasil que tantas lóas cantam a «o escudo, moeda forte» do país de esfomeados que é hoje Portugal.

(1) Editora Germinal (Caixa Postal 142, Agência Postal da Lapa), Rio de Janeiro.

NOTA DA REDAÇÃO — Depois de uma notícia que publicamos há meses sobre o livro «A FOME EM PORTUGAL», o sr. Edgar Rodrigues enviou-nos fotocópia da seguinte declaração assinada pelo sr. Roberto das Neves: Declaro que à revelia de Edgar Rodrigues, após o meu coautor, o meu nome ao dele, no livro «A FOME EM PORTUGAL», publicado pela Editora Germinal. Esta, por sua vez, declara que não reeditará o referido livro».

FELNER DA COSTA 1.000 DOLARES MENSAIS

Depois de «homenageado», Felner da Costa teve, enfim, de se resignar a aceitar o posto de diretor do Centro Português de Turismo, no Brasil, por imposição do seu «amigo» e chefe, Moreira Baptista, diretor do SNI. Mas Felner, que é de contos largos, exigiu o pagamento em dólares — e receberá 1.000 em cada mês! Quem paga? Mas o Povo Português...

«Portugal Democrático» na Argentina

Diversos amigos do nosso jornal, residentes na Argentina, estão empenhados na fundação de um Grupo de Amigos do Portugal Democrático.

Todos os interessados nesta iniciativa que nos desvanecer devem procurar contactar o nosso representante, sr. Jorge António.

A Batalha Contra Salazar...

(Conclusão da 8.ª página)

salazarista, em Angola vem prejudicando e dificultando a evolução normal da Província. E, se não, vejamos como não cumprirá Salazar o art. 1.º da Convenção, que estipula:

«Todo o membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que ratifique a presente convenção compromete-se a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório e a não utilizar sob qualquer forma, quer por medida de coerção ou de educação política quer como sanção a pessoas que tenham ou exprimam certas opiniões políticas ou manifestem a sua oposição ideológica, social ou económica à ordem estabelecida, quer como medida de disciplina do trabalho; quer como punição, por ter participado em greves; quer como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.»

Comentários, para quê, se o governo de Salazar é isto mesmo — promete e não cumpre?

VENEZUELA

A expulsão do embaixador salazarista

CARACAS — Sempre se recusou a maioria dos democratas portugueses da Venezuela a ver no sr. Carlos de Liz Teixeira Branquinho, que Salazar colocara em Caracas como embaixador, o representante de Portugal, mas, sim, o delegado do ditador. E esta opinião acaba de a endossar também o Governo democrático da presidência do dr. Rómulo Betancourt.

Aparentemente, o sr. Carlos Branquinho foi considerado «pessoa non grata», em virtude dos notórios laços de amizade e de negócios que manteve com figuras gradas do regime ditatorial de Pérez Jiménez. Mas acrescia também o fato de o estranho embaixador fazer a apologia do Salazar e seus colegas ditadores na terra hoje liberta da Venezuela. A sua posição era precária, há muito tempo, e, entretanto, o governo fascista luso foi identificado de que deveria retirar o seu delegado...

Um grupo de democratas da Junta Patriótica Portuguesa, sob a chefia do Major Luís C. Calafate, deslocou-se a La Guaira, a fim de se «despedir» do asseca fascista, que seguiu no «Santa Maria». Cartazes esclareciam sobre o que pensam os portugueses da Venezuela do paternal ditador: «1640 e 1960 duas datas históricas», «Também regressaremos! Mas com Portugal livre», «Embaixador de Portugal, sim, embaixador de Salazar, não», «A Salazar, o terror dos marcanos, a Humanidade agradece», «Portugal, sim, Salazar, não!», etc.

A curiosidade dos passageiros e tripulantes foi notória — e não há dúvida de que a sua simpatia não era favorável ao embaixador do fascismo. Um agente da PIDE — já no barco — gritou um «viva» a Salazar: ninguém correspondeu. Mais tarde, outros locais do ditador provocaram os componentes da JPP — que silenciosamente se haviam manifestado — e, então, os amigos de Salazar foram varridos a pontapé e à bofetada, enquanto outros eram presos pela polícia venezuelana.

O navio devia levantar ferro às 4 horas da madrugada, mas em vista do «entusiasmo geral» que rodeou o embarque do «embaixador», partiu algumas horas antes, às onze e meia da noite, enquanto o sr. Branquinho era apupado pela gente da JPP, entre a qual se viam inúmeras senhoras.

Deve salientar-se ainda que para a expulsão do representante salazarista muito contribuiu a ação do Comité Venezuelano Pro-Democracia y Libertad de Portugal, que não teve dúvida alguma em apoiar as diligências da Junta Patriótica Portuguesa. Mantém-se, aliás, em íntima colaboração estes dois organismos, que à causa da Democracia Portuguesa já prestaram relevantes serviços e que continuarão a lutar, na Unidade, pela Liberdade de todos os portugueses.

«Portugal Democrático»

— um jornal português que não é submetido à censura.

Mais duas teses sobre Portugal

Constituição e Funcionamento do Aparelho de Repressão Salazarista

MANUEL SERTORIO

Na impossibilidade de publicarmos, na íntegra, a tese apresentada pelo dr. Manuel Sertorio na I Conferência Sul Americana, reproduzimos a parte que se refere a OS JULGAMENTOS:

Quando os processos são levados a tribunal para dedução da acusação por parte do representante do Ministério Público, este mais nada faz do que copiar servilmente o relatório elaborado pelo inspetor da polícia encarregado da instrução.

Ora, a maior parte das vezes, não consta dos processos nenhum elemento probatório da acusação: apenas as declarações dos réus ou, também, dos co-arguidos.

Vimos a forma como, pela violência, é extorquida a assinatura dos detidos em tais declarações, muitas vezes completamente falsas pela polícia.

Todas as legislações dos países civilizados consideram a confissão dos arguidos, quando desacompanhada de outros elementos de prova, insuficiente para levar o tribunal à condenação, e isso sucede também nas leis portuguesas, desrespeitadas, todos os dias, pelos Tribunais Plenários. Acresce ainda, porém, que, pela manifesta coação física e moral empregada para a obtenção da assinatura dos arguidos, faltam as declarações suscritas as necessárias condições de liberdade e espontaneidade para que — mesmo quando produzidas pelo arguido — possam configurar-se como confissão.

Não passa, por isso, de grosseira mistificação judiciária a aceitação sistemática pelos Tribunais Plenários destes documentos autenticamente policiais como base suficiente para a condenação dos arguidos.

E as condenações são as únicas decisões dos Plenários. Os juizes sabem que na instrução dos processos foram calcados aos pés todos os princípios de direito e de moral reconhecidos pelas nações civilizadas e aprovados pelo Congresso Internacional de Juristas que reuniu em Nova Delhi em Janeiro do ano passado: nem a certeza prévia da acusação, que é fabricada pela polícia nas vésperas de enviar o processo ao tribunal; nem a possibilidade de o detido se avistar com um advogado; nem a possibilidade de destruir desde logo, com provas por documentos ou testemunhas, as insinuações da polícia; nem, em conclusão, uma instrução judiciária verdadeira, mas simplesmente uma instrução policial.

No entanto dezenas de homens são condenados todas as semanas pelos dois Plenários portugueses. Mesmo os arguidos que conseguiram chegar ao fim da instrução o processo sem fazerem declarações são condenados: é que, de harmonia com a opinião soberana da polícia, o fato do detido se recusar a fazer declarações significa, para o Tribunal, que o mesmo é filiado ao Partido Comunista Português.

Faz lembrar o funcionamento dos odiosos tribunais do Santo Ofício: se os pacientes confessavam as heresias de que eram acusados, sofriam a ignomínia do hábito confessional e a miséria pelo confisco dos bens; mas se não confessavam, se "se julgavam inocentes", na expressão do regimento dos tribunais da "Santa Inquisição", eram considerados "convictos", "negativos" e "contumazes" e lançados ao fogo.

Assim Portugal retrogradou 400 anos!

O arguido, nos Tribunais Plenários, é que tem de fazer a prova da sua inocência, não a polícia a prova de sua culpa, se culpa pudesse haver por atividade política pacífica e ordeira. É a inversão mais monstruosa do ónus de fazer a prova!

Até o princípio da publicidade dos julgamentos é na prática contrariado, pois o tribunal dá ordem á P.I.D.E. para preencher com agentes seus a quase totalidade dos poucos lugares reservados ao público, sucedendo que muitas vezes nem as mulheres dos detidos podem assistir ao julgamento de fato.

Há decisões cuja injustiça é extraordinariamente gritante, como no caso da condenação, em 1957, do advogado Humberto Lopes, estudante Vasco Cabral e operários

Francisco Miguel e José Vitoriano, que já se encontravam na prisão, que eram acusados de terem exercido novas atividades criminosas, desta vez na cadeia.

Os advogados são submetidos a toda a espécie de intimidações pela polícia e vêem a sua liberdade profissional cerceada constantemente no tribunal. O advogado Manuel Palma Carlos, também em 1957, recebeu ordem de captura do próprio tribunal por ter feito uma reclamação em termos inteiramente corretos e, julgado imediatamente pelo tribunal que se considerava ofendido, foi condenado a 7 meses de prisão no cárcere e á proibição de exercer a advocacia durante o ano posterior ao cumprimento da pena.

Por fim, é num ambiente de terror policial e militarista que se realizam as sessões dos Plenários, pois um forte destacamento da Guarda Nacional Republicana — força especial de repressão política do governo — cerca a entrada do tribunal e a própria bancada dos juizes.

As testemunhas que depõem com desassombro são, por vezes, aprioadas a saída do tribunal, como sucedeu, há pouco tempo, com o meu amigo Nikias Skapinakis, pintor de arte.

No momento em que pedi asilo político ao ministro do Uruguai em Lisboa havia algumas centenas de presos políticos detidos há doze quatorze, dezoito e, até, vinte e dois meses, aguardando ainda a designação do julgamento, no qual, sendo condenados, como habitualmente, a pena igual ou superior a dois anos, não lhes será contada senão metade do tempo da longa prisão preventiva.

O meu último ato profissional foi a intervenção no julgamento de cinco operários da fábrica "Portugal", de Lisboa — Constantino Marques da Silveira e outros — que, acusados de terem lido exemplares do jornal comunista "Avante!", foram condenados no fim de Novembro último, a encarceramento por cinco anos!

Este, é o Portugal do fascismo de Salazar.

—OO—

Conforme os jornais noticiaram, ainda há poucas semanas se evadiu das prisões salazaristas mais de uma dezena de presos políticos, tendo-se dado o fato interessante da evasão ter sido proporcionada por guardas vigilantes, que acompanharam os foragidos.

Quer isto dizer que Salazar nem pode já contar para a sua política de repressão com aqueles a quem incumbiu de dar execução á mesma.

Mas não é esta a libertação dos presos políticos que nós pretendemos, pois o que se impõe á face do direito e da moral é que o governo português ponha fim á perseguição política movida a milhares de democratas, anistiando aqueles que se encontram aprioados!

E porque a atuação arbitrária da polícia e dos tribunais salazaristas contraria frontalmente, além do mais, as disposições dos números 4.º, 11.º e 14.º do art. 8.º da Constituição política (que reconhecem, nominalmente, a liberdade de expressão do pensamento e de reunião e associação e proíbem as penas perpétuas) e ainda os artigos 2.º, 7.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 28.º e 30.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a que Portugal aderiu, é minha opinião que esta Conferência deverá incumbir a sua Presidência de proceder ao seguinte:

- 1.º — Reclamar do governo português a imediata revogação de todas as medidas de segurança aplicáveis por motivos políticos, a revogação imediata das disposições que estabelecem forma especial para processos de natureza política, tanto criminais como de segurança, e a abolição dos Tribunais Plenários Criminais;
- 2.º — Comunicar o texto dessa reclamação ao secretário geral das Nações Unidas e ás entidades 2.ª quem julgar útil e oportuno fazer tal comunicação; e
- 3.º — Nomear uma comissão de juristas que se desloque a Portugal a fim de assistir á instrução e julgamento de um processo político no Plenário de Lisboa e de outro no do Porto.

REPRESSÃO POLICIAL NO ULTRAMAR

Pedro Rocha

"Tampouco se deve esquecer que as vítimas do fascismo português se recrutam não só entre pessoas professando as mais diversas tendências (inclusive os fundadores e antigos colaboradores do actual regime) como nas mais diversas categorias sociais, de todas as idades e dos dois sexos na Metrópole assim como nas Colónias, brancos e pretos.

Nos territórios ultramarinos, nos últimos tempos a repressão tem-se feito sentir com maior intensidade. Quantos acontecimentos têm ocorrido sem que tenham chegado ao conhecimento do público! A imprensa está impedida de os noticiar e a desarticulação dos anti-salazaristas nos diversos territórios impossibilita o conhecimento de todos os casos e a extensão de cada um deles. Mas uma coisa é certa — infelizmente — é que nenhum território português está livre do terror policial e nos últimos anos a PIDE reforçou e alargou consideravelmente os seus quadros em todos os territórios portugueses assim como, em os pretextos mais falaciosos, o governo de Lisboa aumentou as guarnições militares nesses mesmos territórios. O objetivo é só um: amordaçar e manter manietada a oposição política esmagar os mais legítimos movimentos reivindicativos, sejam económicos sejam políticos, sejam autonomistas.

A repressão tem-se estendido desde as Ilhas Adjacentes — onde há uns 25 anos se registrou grave movimento de rebelião — até aos mais longínquos territórios. Nenhum tem sido poupado: Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola, Moçambique, Goa, etc.

Desde os primeiros tempos da Ditadura que centenas e centenas de presos políticos foram deportados para os territórios do Ultramar, desde Cabo Verde a Timor. Metidos em presídios militares ou mandados isolados para regiões insalubres, ou ainda como passou mais correntemente a ser feito nos últimos vinte anos, para campos de concentração em África: Tarrafal e Cunene.

No primeiro, numa das ilhas de Cabo Verde — a do Sal, em condições desumanas morreram dezenas de valerosos combatentes da oposição política a Salazar e a maioria dos que de lá regressaram vieram com a saúde seriamente abalada. O mais dos piores, sem assistência médica, sub-nutridos, submetidos a regime de trabalhos forçados, os presos — pés nus, cabeça ao sol, obrigados a esgotantes marchas — eram obrigados a trabalhos diversos. Pelos mais rúteis pretextos aplicavam-lhes castigos e atiravam com eles para uma marmorra limitadíssima, (a frigidaria), sem claridade, sufocando de calor, onde eram conservados dias e dias praticamente abandonados; muitas vezes com graves crises de paludismo; até água lhes era racionada! No campo do Tarrafal registraram-se os mais revoltantes casos de sadismo: enegando os guardas, para se divertir tiram, a fim de noite completamente bêbados buscar uns tantos presos e levarem-nos para a praia e simularem seu julgamento!! Hoje também em Cabo Verde, terra de fome e de terror policial se faz sentir, mais do que nunca entre a população.

Na Guiné ainda o ano passado graves acontecimentos se registaram que a imprensa não pôde completamente dissimular. Em Bissau houve mortos e feridos — tudo originado pelo legítimo protesto dos estivadores contra as condições de trabalho.

Um dos mais revoltantes casos pouco conhecidos de repressão ocorreu em 1953 em São Tomé onde a União Nacional (que é o partido único salazarista) organizou com a cumplicidade do Governador Geral Tenente Coronel Gorgulho uma matança em que morreram centenas e centenas de negros, alguns deles depois das mais selváticas torturas. Foi durante dias uma verdadeira caça ao homem nalguns pontos da ilha. Contra aquele crime coletivo absolutamente infundado, reagiram com energia diversas personalidades, inclusive o Bispo. A imprensa portuguesa limitou-se a curta nota ofensiva e os culpados (organizadores e agentes da matança) não foram julgados! Ficaram impunes... e contudo houve centenas de negros inocentes assassinados!!!

Em Angola, a lista é longa mas é impossível citar todos os casos e dar precisão sobre eles. São mistérios insondáveis, que ficam para sempre sepultados nos gabinetes da polícia. Números nunca se chegam a saber ao certo. Em 1944, nos distúrbios que duraram dias nos Mucueços (Bairro Negro de Luanda) como é óbvio houve vítimas, mas quantas? Vagamente sabe-se de quando em quando de incidentes ocorridos nalguns pontos da Colónia mas é impossível obter dados concretos. Em 1946, como consequência dos incidentes ocorridos no Congo Belga foi expulso, pelas autoridades belgas, numero so grupo de angolanos mas constou que foram assassinados a bordo do navio que os conduzia pela polícia portuguesa e lançados á água. Mais tarde, quando estava acesa a campanha dos Mau-Mau, no Quênia, constou que alguns negros tanto em Angola como em Moçambique, suspeitos de ligações com aquela luta, tinham sido apunhalados pela polícia e desparecidos. Nos princípios do ano pas-

sado, quando dos acontecimentos no Congo Belga e na África Equatorial Francesa teria acontecido a mesma coisa. De fato, já ouvi vários negros portugueses residentes no Congo Belga e na A.E.F. queixarem-se dos métodos expeditivos empregados pelas autoridades portuguesas com os pretos suspeitos de atividade política: pura e simplesmente os assassinam! Em conferências internacionais já tem sido reclamado o envio de uma delegação da Cruz Vermelha a Angola mas as autoridades portuguesas não permitem, está bem de ver.

E isto sem falarmos da pena aplicada correntemente nos territórios coloniais portugueses, penas de trabalhos forçados nas condições mais desumanas e de castigos corporais; as palmatadas até escorrer sangue das mãos e das nádegas são aplicadas sem escrúpulo... Chamo a atenção para que não se estabeleça confusão quando digo trabalho forçado — pena aplicada como castigo — e o trabalho obrigatório que permite legalmente (e empregando diversos meios de coação) arranjarem mão de obra á força, inclusivemente — como é o caso em Moçambique — de exportar trabalhadores-escravos para as Minas do Rand na União Sul Africana onde regressam na maior parte dos casos, tuberculosos. São transportados nos combios como gado... Mas sabemos que cada um desses desgraçados recrutados para a África do Sul significa um prêmio para o recrutador e divisas estrangeiras para o orçamento da Colónia. O Governo de Salazar — sempre sórdido — sempre pronto para arriscar dinheiro qualquer que seja a sua origem: das proletrias ou dos pobres escravos pretos... Há quem se baixe com o escudo moeda forte... mas a que preço... se tem conseguido esse mito: pelo menos, com a fome de um povo!

Principalmente, em consequência ainda da última campanha eleitoral para a Presidência da República em que, a despeito da falsificação dos resultados, a vitória da oposição foi notória, muitos brancos foram presos e muitos outros estão a ser perseguidos. Ainda há pouco recebi uma carta anunciando que só em Luanda foram efectuadas 47 prisões (pretos e brancos) e passados mandats de captura para muitos mais, alguns encontrando-se no estrangeiro.

Idênticas ocorrências ultimamente em Moçambique e pelas mesmas razões. Brancos e pretos sofrem os rigores da perseguição policial. Os primeiros, em virtude da sua luta em favor da Liberdade e Democracia; os segundos, em especial depois dos recentes tumultos em Niassalândia, por supostas actividades autonomistas.

Em Góá, a polícia vigilante, fareja por todos os cantos na busca de s goeses anti-salazaristas. Numa rua de Góá ninguém se atreve a falar em democracia plebiscito, nem sequer em casa... porque as paredes têm ouvidos.

Não queremos deixar de assinalar que além da brutal actuação da polícia, de outros meios as autoridades salazaristas lançam mão nos territórios coloniais para impor a sua lei de ferro. Afim de melhor iludir a opinião pública internacional (inclusive a portuguesa) o governo de Lisboa há anos pass u a denominar as Colónias como "Provincias do Ultramar". No tempo de Hitler e Mussolini, para estar em moda, chamavam-lhes pompadamente "Império Colonial".

Limitaram-se a mudar a designação mas o estatuto manteve-se. Só as palavras foram alteradas. Puro artifício jurídico para uso das assembleias internacionais. Frequentes informações instam em que os indivíduos de cor dos diversos territórios têm os mesmos direitos que os portugueses metropolitanos. Não é verdade. Nem sequer as disposições legais são as mesmas para os brancos que vivem na metrópole e os que vivem nas Colónias... Quanto mais para os pretos!

Bastam dois exemplos entre mil: um negro negro dispondo de alguns contos de reis para comprar um camião não pode dedicar-se a fazer fretes por sua conta! É privilégio reservado a brancos! Segundo exemplo: dois irmãos brancos filhos dos mesmos pais que por acidente um tenha nascido na Metrópole e outro tenha nascido na Colónia, o segundo tem menos privilégios que o primeiro; se os dois forem funcionários, por exemplo, o primeiro terá direito a férias que o segundo não terá.

A miséria que reina nas colónias portuguesas atinge brancos e pretos e várias dezenas de milhares destes vão procurar melhores condições de vida nos territórios estrangeiros limitrofes. Eles emigram pelas mesmas razões que os brancos da Metrópole: para fugir áquela "paralisação" onde não há trabalho para todos e o que há é mal distribuído. E por isso que se vê cerca de um milhão e meio de portugueses espalhados pelos países estrangeiros apesar da "extraordinária obra de ressarcimento" do ditador Salazar que arrega aos quatro ventos a casa em ordem, dispondo de uma moeda forte e orçamento equilibrado, etc. etc. bal-las e mais balelas que não convencem os portugueses que estão fartos de palavrado e que, quando podem fazem para o estrangeiro, no legítimo desejo de viverem

uma vida material e moral que a sua desgraçada Pátria não lhes consente. Outro aspecto gravíssimo da actual situação das Colónias resulta da impossibilidade em que se encontram as suas populações de dialogar livremente — preparando o seu futuro e de maneira a, inclusive, ressaltar os interesses de Portugal.

Deixando de lado Góá e outros territórios, limitamo-nos a citar os casos de Angola e Moçambique.

Como todos sabem está-se a processar em toda a África Negra uma evolução que nem os observadores mais audaciosos teriam ousado prever o seu ritmo há escassos vinte anos. Até Churchill, político de grande visão, não hesitou em afirmar que "não fazia a guerra para perder o Império Britânico". E, contudo, o que já aconteceu com as antigas colónias inglesas e o que está acontecendo ainda para ver... A França, depois da conferência da Brazzaville, realizou uma grande guerra e, em especial, ainda há pouco, depois do General De Gaulle tomar conta do poder, permitiu que todos os territórios do Ultramar escolhessem livremente os seus estatutos: a Guiné preferiu a independência — e obteve-a em seguida; os outros territórios preferiram autonomia mantendo-se dentro da comunidade francesa. Mas alguns destes territórios, depois de acederem á autonomia, já estão a negociar a independência, como é o caso do Mali (União do Senegal e do Sudão). Os belgas, pela boca do próprio Rei Balduino já prometeram para este ano a independência do Congo Belga. Os ingleses começaram a negociar os seus territórios africanos soluções idênticas ao Gana. Outros países da África, como é o caso da Somália ex-italiana e submatéria, a curadora têm a sua independência assegurada pela ONU — tal como aconteceu com os Camarões cuja administração estava a cargo da França e do Grã-Bretanha por incumbência da S.D.N.

Pois bem, se olharmos para o mapa de África e abstendo a parte norte onde a Argélia está combatendo galhardamente há cinco anos pela sua emancipação (e a renitência dos franceses é devido ao petróleo), em que todos os países islamizados adquiriram a independência até ao Sudão, antigo condomínio anglo-egípcio, todos os outros países da África Negra — à parte aqueles que já eram independentes como a Etiópia a União Sul Africana, etc. — que ainda viviam dependentes das metrópoles caminham aceleradamente para a sua emancipação... excepto as colónias portuguesas.

Acreditar que bastará a tal astuciosa mudança das palavras "Império Colonial" para "Provincias Ultramarinas" para as conservar imutadas, da contagiosa evolução que se opera em todo o Continente Africano — e a miopia que pode acarretar as mais trágicas consequências, fundamentalmente porque, generalizando-se o natural anseio de independência naqueles territórios — tal como se passou no Brasil — as populações interessadas se encontram na impossibilidade de buscar a melhor forma de obter a permitindo inclusivemente que se mantivesse um estreito contacto entre esses territórios soberanos e Portugal.

Mas pode-se fazer hoje, niquelas colónias portuguesas, por causa da criminosa cegueira dos governantes, esta dramática constatação: no lugar de brancos e pretos, os mais esclarecidos procurarem lealmente uma solução fraternal para os futuros Estados evitando, além do mais, um doloroso divórcio para a Metrópole e discutirem com toda a liberdade uma solução angolana para Angola, observando que os brancos se inspiram num esquema de tipo sul-africano a passo que os negros influenciam pela corrente nativista (embora compreensível em muitos outros territórios) escolhem por modelo Gana ou a Libéria — país este que não esqueçamos, apesar de ter escido á independência no mesmo ano que o Brasil se encontra atrasadíssimo.

A continuação a actual situação caminhar-se á inevitavelmente para um choque entre os dois setores da população em todas as suas tristes consequências: incompreensões, discriminação racial, ódios, e sem que seja possível a Lisboa impedir que Angola (ou outra qualquer colónia) siga a sua vocação para a independência.

No meu parecer a solução brasileira é incontestavelmente a mais desejável — e mais nobre dado que é baseada numa fraternidade racial. No cadinho brasileiro não só se integraram e integram os europeus, os índios e os negros, mas até os árabes e os japoneses!

Pois bem. Estes assuntos são impossíveis de debater livremente em Angola ou quaisquer terras portuguesas. Nem sequer, como noutros territórios estrangeiros, se tem fomentado o folclore ou estimulado uma literatura afro-portuguesa a fim de que não possam favorecer o aparecimento do nacionalismo africano. As ricas tradições dos negros têm sido violentadas nos territórios portugueses.

A situação nas Colónias, nestas condições, tende a agravar-se a cada dia e a cada hora e a repressão é e será cada vez maior.

Os portugueses espalhados pelo mundo na batalha contra Salazar

(Dos Correspondentes Especiais de PORTUGAL DEMOCRÁTICO)

PORTUGAL

O Porto comemorou o «31 de Janeiro»

PORTO — Apesar das pressões e ameaças, os democratas portugueses quiseram, uma vez mais, prestigiar os seus heróis de 31 de Janeiro de 1891, tendo programado uma peregrinação aos túmulos daqueles que, com armas na mão, deram o primeiro grito da revolta em favor da República Democrática Portuguesa.

Um primeiro manifesto foi assinado por cerca de 200 democratas e circulou por toda a cidade convidando a população a reunir-se no cemitério do Prado do Repouso e, mais tarde a comparecer a uma reunião em recinto fechado. Imediatamente, a polícia declarou que não permitiria nenhuma das manifestações, o que levou os seus organizadores a distribuição de novo manifesto incitando os portugueses à comemoração da data que tanto os sensibiliza e salientando que as manifestações deveriam realizar-se «de qualquer forma», e que todos, se necessário, teriam que «responder à violência com a violência».

Assim, a cidade acordou, na manhã de 31 de Janeiro, fortemente policiada, o que não impediu centenas de pessoas de se deslocarem até ao cemitério. Advogados, médicos, comerciantes e outras personalidades conhecidas da Oposição Democrática, seguidos por numeroso povo, formaram ali um cortejo, mas a polícia, armada com metralhadoras e granadas lacrimogéneas, fechou os portões. Centenas de pessoas não puderam, por isso, entrar no cemitério. Colocaram os manifestantes uma coroa de flores no monumento aos mortos da Grande Guerra, registrando-se à saída alguns incidentes provocados pela polícia. Com balonetas desenhadas, os «agentes da ordem» forçaram todos os democratas a abandonar o local, ferindo alguns, nomeadamente o dr. Arlindo Vicente, ex-candidato à Presidência da República.

A repulsa contra as violências pidescas foi geral no Porto onde os habitantes não cessaram de averberar. O dr. Mário Cal Brandão, que assinara os convites às reuniões democráticas, foi entretanto julgado — e absolvido. Reina, entretanto, grande efervescência na cidade, em virtude do protesto de 300 padres contra o «exílio» do Bispo do Porto.

OS ESTUDANTES CONTRA O FASCISMO

COIMBRA — O ambiente estudantil é cada vez menos favorável ao decrepito ditador e algumas das ações ostensivas ao regime podem atribuir-se, segundo alguns, às iniciativas do «Movimento Nacional de Estudantes» que começa a dar que falar de si. Nos tradicionais cortejos confraternizantes das «datadas», os jovens deram provas claras do que pensavam, ainda que tivessem de o fazer, uma vez mais, escondidamente. Os cartazes não criticavam apenas os professores e a vida académica, mas falavam também dos problemas da Cultura e, até, da situação política portuguesa, ironizando. Num deles se lia: «O maior circo do mundo: 9 milhões de palhaços e um faz-tudo»; e outros: «O presidente não serve só para inaugurações, também dá almoços a todos os tubarões», «Círculo vicioso... as eleições presidenciais», «Mesmo com fosfato... Tomaz, a Oliveira seca», «O azeite sobe porque a Oliveira seca?», «Como se fazem manifestações: à frente as bandeiras e os bandalhos, a seguir a força pública e depois o público à força», etc., etc.

Notícia que merece destaque é a da demissão do prof. Maximino Correia, que se afastou do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, decisão que é interpretada de maneiras diversas. Realmente, já há meses que está sendo divulgado um interessante documento, a propósito das prisões de estudantes, e há quem relacione ambos os fatos.

Tal documento tem a forma de uma carta, assinada pelo dr. Alberto Vilaça, e é do seguinte teor:

«A Direção da Associação Académica de Coimbra: Porque suponho interessar-vos, independentemente dos diferentes pontos de vista pessoais que por certo algumas das minhas apreciações em vós suscitaram, transcrevo para vosso conhecimento uma carta que escrevi recentemente ao sr. Reitor da Universidade:

«Exmo. Senhor Prof. Maximino Correia, Digno. Reitor da Univer-

sidade de Coimbra: Desde que há pouco mais de seis anos abandonei a Universidade, creio bem que não tornou a surgir oportunidade de por qualquer forma tratar com V. Exa. Mas por certo que se recorda perfeitamente de mim e por isso passo desde já ao assunto que motivou esta carta. Só hoje tive ocasião de através dos jornais de ontem, conhecer o relato, resumido embora, da alocução proferida por V. Exa. na abertura solene da Universidade. Entre outros fastos universitários do ano transato, evocou V. Exa. o falecimento de três professores, dois dos quais meus saudosos mestres. O terceiro, se não o foi na cátedra, mais saudosos se me tornou pelo seu apostolado intelectual e cívico, pela amizade simples e despreziosa com que me recebia. E' que o Dr. Joaquim de Carvalho tinha uma grande virtude: não só por uma concepção autêntica e global da função de professor, mas ainda por pender natural do seu espírito sabia e amava abrir-se à juventude, compreendia e tolerava as idéias modernas mesmo quando as não perfilhava. Era um homem, independentemente dos seus defeitos (que, como toda a gente, também os tinha), a quem os jovens votavam simpatia e apreço. Referiu também V. Exa. aqueles outros professores que atingiram o limite de idade e de um deles (será necessário dizer o nome?) o menos que se pode pensar é que, para tornar-se saudosos (se assim se pode falar com ele ainda vivo e se essa hipótese mesmo só como tal se pode conceber), entre muitas outras coisas teria sido necessário que nunca abandonasse a cátedra... Mas, enfim, cumpria a V. Exa. dar conta das «baixas» sofridas pelo corpo docente da Universidade a que preside e, por isso, nessa medida, nada tenho a observar. Porém, sr. Reitor, e eis a razão desta carta, parece que a lógica imporia que igualizasse V. Exa. desse conta das «baixas» sofridas pelo corpo docente, isto é, por aquele setor juvenil da Universidade que tão caro era ao sr. Dr. Joaquim de Carvalho. E tal mais se imporia quando tais «baixas» surgem com o carácter anômalo (e aliás hoje em dia, não sei se o é...) daquelas a que vou referir-me. E' que, sr. Reitor, e V. Exa. não pode ignorá-lo, não há talvez dez dias que foram pronunciados por pretensos crimes contra a segurança do Estado, sete alunos dessa Universidade, entre os quais uma rapariga, encontrando-se dois presos no Porto e os restantes em Caxias, alguns há mais de seis meses. São jovens universitários que, neste ano letivo, e não sabemos por quanto tempo ainda, foram privados da sua vida estudantil, do seu convívio com os mestres e colegas. Alguns só foram «detidos» (o eufemismo desta expressão!) em pleno período de férias grandes, menos propício a incomodáticas reações por parte da Academia e que se haviam já verificado a propósito da «detenção» dos primeiros. São estes estudantes: Fernando Miguel Bernardes, José Silborro Maia, Jorge Araújo, António Barbosa e mais três cujos nomes completos não me ocorrem no momento, Isabel, Bento e Vilar. Não conheço os respectivos processos e por isso ignoro em que assenta a acusação que lhes é feita, se é que em coisa alguma assenta. Mas admitindo até que sim, que elementos probatórios existem na verdade, nós bem sabemos, e digo «nós» (não falando apenas por mim), porque a longa experiência de V. Exa. lhe permite claramente compreender o «fenômeno»... nós bem sabemos, dizia, que nos tempos que correm isso dos crimes contra a segurança do Estado, mesmo quando «existem» num mero critério «legalista», não passa afinal dum pretexto para eliminar adversários do governo. E, de qualquer modo, os estudantes em causa são-no dessa Universidade e até por isso mereciam uma palavra de solidariedade do seu Reitor. Aliás, esta era tanto mais oportuna quanto é certo que se encontravam presentes o sr. Ministro da Educação Nacional e a individualidade que ocupa a Presidência da República. Que melhor ocasião para lhes pedir um gesto, pequeno que fosse, a favor daqueles estudantes? A ocasião foi-se, mas nem por isso tal pedido perdeu a sua oportunidade. E é por isso que também eu, antigo estudante da Universidade de Coimbra, venho lembrar a V. Exa. que não deixe de o fazer. Venho solicitar-lhe, sr. Rei-

tor, que interfira, mas duma forma ativa e persistente, para que por qualquer meio legal — e tantos há — aqueles jovens voltem prontamente à sua família, aos seus amigos, à sua Universidade. Eu sinto — porque não hei de dizer «eu sei»? — que estarei a ser ocioso. Mas obedeço a um impulso irresistível que a leitura do seu discurso me provocou, impulso desencadeado sem dúvida por um sentimento de justiça mas também, devo confessá-lo, pela profunda amizade que me liga a alguns daqueles estudantes. Sr. Reitor: Em certo passo do seu discurso, disse V. Exa: «Quando por contágio ou influências exóticas, os desvarios de alguns nos fazem propender para a descrença na juventude, há logo, louvado Deus, muitas razões para avigorar a fé nessa juventude e isso nos reanima o já fatigado coração dentro do peito». Não sei qual o sentido profundo com que V. Exa. proferiu essas palavras. Não quero discutir, se bem que pareçam ambíguas tais palavras e seja alarmante, em quem lida assiduamente com jovens, admitir uma propensão para a descrença na juventude. Prefiro mesmo não discutir-lo, porque, de qualquer modo, eu sei que V. Exa. também foi jovem. E' certo que os anos e as situações passam, mas o que é certo também é que mesmo se o queremos, não podemos libertar-nos das «muitas razões para avigorar a fé nessa juventude», temos necessa-



riamente que nelas incluíram também as atitudes daqueles sete moços, cujas idéias serão talvez discutíveis, cuja ação (se é que a tiveram) poderá desagradar a alguns, mas que assim foram sacrificados pela fidelidade a si próprios com a generosidade e a espontaneidade próprias dos jovens. Por isso, sr. Reitor, não sendo de estranhar, é contudo chocante que V. Exa. os esquecesse na sua alocução. Mas por isso também, sr. Reitor, eu quero confiar que V. Exa. irá esforçar-se decididamente para obter — e isso é possível — a sua imediata liberdade. Terminando, apresento a V. Exa. os meus cumprimentos e com a devida consideração me subscrevo, atenciosamente.

«Aproveito o ensejo para vos informar que hoje mesmo recebi a resposta do dr. Maximino Correia. Excluindo embora e por várias razões (com que de modo nenhum concordo, mas que obviamente não cabe perante vós discutir) que no seu discurso coubesse aludir aos vossos colegas que refiro na minha carta, admito ele todavia, pois que «pessoalmente o lamenta», que possa empenhar-se «por lhes minorar a situação». Creio que também esta informação vos interessará na medida em que, como é natural, vós próprios por tal (e até por mais, segundo julgo não só indicado como possível) queirais diligenciar. De resto, o dr. Maximino Correia diz-me ser do seu desconhecimento absoluto que tenham tido lugar as «baixas» de que falo na carta que lhe dirigi. O fato surpreende-me, dado que as pronúncias e algumas prisões a que aludo são recentes, e as ocorridas há já meses (as dos estudantes Barbosa, Araújo, Vilar e, quanto ao Maia, que voltou a ser preso em agosto, efetuada em janeiro) foram do conhecimento público e notório, tal foi a repercussão que na altura tiveram na Academia e até na cidade. Porém, dada a ignorância em que se encontrava o sr. Reitor, faço-vos esta comunicação na idéia de que possais contribuir para a completa elucidação de S. Exa. Resta-me terminar, enviando-vos as minhas saudações e subscrevendo-me com consideração, atenciosamente,

Alberto Vilaça.

Resta ainda salientar que o documento que divulgamos provocou vivas discussões entre os estudantes de Coimbra, agitando-os no sentido de solicitarem a libertação de seus colegas, ao mesmo tempo que a PIDE passou a vigiar cuidadosamente todos os passos do dr. Alberto Vilaça.

ANGOLA

Comemorações do «31 de Janeiro»

BENGUELA — Foi vibrantemente comemorada nesta cidade angolana a data histórica do «31 de Janeiro», graças à iniciativa de um grupo de democratas que se constituíram em comissão organizadora, a fim de levarem a cabo a manifestação. Integraram a referida comissão os srs. D. Edite Soeiro, Carlos Augusto de Moraes, Agnes d'Almeida Santos, Carlos Gonçalves, Francisco de Almeida, Cirilo dos Santos Lobo e Joaquim Pires Roque.

A concentração dos manifestantes efetuou-se junto ao túmulo do General Faria Leal, no cemitério municipal de Benguela, tendo, na oportunidade, o velho e combativo republicano sr. Carlos Augusto de Moraes proferido um entusiástico discurso. Salientou o significado do «31 de Janeiro» e do «5 de Outubro», tendo em seguida evocado a memória do General Faria Leal, declarando: «Vimos hoje aqui dizer-vos, bem alto, para que todo o mundo nos ouça: a nova geração está pronta a receber o vosso legado para que possa retomar a marcha que a conduzirá ao seu destino! Temos a certeza de que a Nação responderá em uníssono contra aqueles que porventura possam vir a fer a verdade de atacar um regime que hoje já é a razão de ser do nosso Povo, muito embora o ideal republicano de nova geração tenha evoluído muito em relação ao conceito de republicanismo ortodoxo de 1891». E concluiu: «Homens e mulheres de hoje! Homens e mulheres de amanhã! A Humanidade chama por nós! E se, com ela, a Pátria tiver necessidade do nosso sangue, não lho neguemos. Saibamos ser dignos continuadores dos heróis do «31 de Janeiro» e do «5 de Outubro»!»

Falou, depois, o dr. António Simões, que transmitiu o simbólico faço da República e da Liberdade a duas senhoritas nascidas em Angola, uma de cor negra e a outra branca, srtas. Alda dos Santos e Edite de Castro Socorro. As comemorações realizadas junto ao túmulo do General Faria Leal associaram-se delegações de democratas, em representação da cidade do Lobito e de Catumbela, sendo que a comissão organizadora da excursão foi constituída, no Lobito, pelos democratas srs. Hipólito de Lemos, Carlos Cunha, Luis Portocarrero e D. Noémia Padrao; e a de Catumbela, pelos srs. Américo Silva e Jaime Bernardino.

O jornal «O Intransigente», de Benguela, escreveu acerca da manifestação dos republicanos: «Uma jornada imponente, quer pela quantidade de participantes, quer pelo civismo de que se revestiu. Nem uma só nota discordante. (...) A alma abriu-se e os olhos iluminaram-se quando se cantou o Hino Nacional. (...) Cantando-o vibrantemente, toda aquela multidão quis expressar (...) o seu acrisolado amor à República, o seu acrisolado amor a Portugal». Por outro lado, o jornal «O Lobito» disse: «Antecipação do vitorioso «5 de Outubro», o gesto dos precursors ficou como exemplo de abnegação e de amor pátrio. (...) Ração de verdade, luta por uma existência livre, confiança no porvir. A tudo isto nos chama esta hora incerta e nunca a união foi mais aconselhável nem mais precisa».

Uma universidade e alguns protestos

LUANDA — Em reunião que se efetuou na cidade de Benguela, mais de cem pessoas lançaram o Movimento Pró-Universidade de Angola. Como se sabe, o governo salazarista tem-se furtado, sistematicamente, a todos os pedidos que, a respeito, lhe têm sido endereçados, fiel à sua política tradicional de analfabetização. Não acreditamos muito no êxito dos organizadores, mas lembramos que a reivindicação é, há longos anos, uma das mais calorosamente defendidas pelos democratas portugueses.

Transcrevemos, sem comentários, a seguinte notícia publicada pelo jor-

nal «O Planalto», de Nova Lisboa, em correspondência de Nova Sintra:

«Terminou a campanha do milho, ou melhor, a entrega do milho ao Gremio, na qual ficamos águem uns 3.000 sacos (!) da campanha anterior. Não havia motivo para tal, pois a colheita nesta região foi a melhor entre as melhores dos últimos anos. E visto que mais três casas comerciais, da área da Gamba, passaram a entregar milho ao Gremio em Nova Sintra, podemos computar, como «certeza», que nesta campanha, por motivos que só o comércio local amargamente conhece, deixamos de comercializar uns 10.000 sacos de milho. E este, que ficou em poder dos indígenas, além de representar uma quebra de movimento, nada lhes trouxe de útil, pois foi consumido em superfuidades. Oxalá que, para o próximo ano, se coadunem de melhor forma os interesses gerais para nosso bem; do Gremio do Milho e da própria Junta dos Cereais.»

E, enquanto o governo ditatorial faz intensa propaganda dos benefícios que trará à Província o Centro de Informação (Política) e Turismo, concluímos a nossa crônica deste mês com a notícia de que foi posto em vigor, em Angola, o decreto-lei que garante a adesão de Portugal à Convenção 105, que de termina sobre a abolição do trabalho forçado, aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho. Como sa sabe, o trabalho forçado é ainda regra, entre nós, mas, dando (no papel) um alto exemplo democrático, o governo fascista adopta a Convenção... E' mais uma farsa que temos de denunciar ao Mundo, pois a ação (Concl. na 6.a)

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável

Ótávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

João Alves das Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Victor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Biddarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES RIO DE JANEIRO SUCURSAL:

Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará
JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (MG.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (MG.)

PORTO ALEGRE: Luis Firmino de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Fernando Cliraco da Cunha — 14, Bellevue Ave, Toronto — Ontario — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, Rue Christine, Paris, 6

VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Candelária — Caracas

ARGENTINA: Jorge António — B. General Hornos n.º 1.000 — Caseros — Província de Buenos Aires

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.
Número avulso: 5,00 cr.
Assinatura especial: 100,00 cr.
Ass. para o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano IV N.º 34 Março de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.